

ATA DA 255² REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



- Data: 23 de agosto de 2018. Horário: 08h30 às 16h30.
- 3 Local: Auditório Anne Marie SESA
- Conselheiros membros Gestão 2016-2019

	Nome Sestato 2		Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	Gestores			
1	Odileno Garcia Toledo	Ausente	Titular	COSEMS
	Luzia Tiemi Oikawa	Justificativa	Suplente	COSEMS
2	Sezifredo Paulo Alves Paz	Presente	Titular	SESA
	José Carlos de Abreu	Presente	Suplente	SESA
3	Julia Valeria Ferreira Cordellini	Justificativa	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Juliano Schmidt Gevaerd	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
4	Elizabete Vieira Matheus da Silva	Presente	Titular	Ministério da Saúde
	Nathalia da Silveira Derengowski	Presente	Suplente	Ministério da Saúde
	Prestadores de Serviços		Condição	Entidade
5	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Justificativa	Titular	ACISPAR
	Luiz Fernando Zanon de Almeida	Presente	Suplente	ACISPAR
6	Rangel da Silva	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Justificativa	Suplente	FEHOSPAR
7	Maria Aparecida Bertoni Cardoso	Justificativa	Titular	FEMIPA
	Rosita Márcia Wilner	Presente	Suplente	FEMIPA
8	Hermes de Souza Barboza	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Justificativa	Suplente	UEM
9	Rita de Cássia Domansky	Presente	Titular	UEL
	Vivian Biazon El Reda Feijó	Justificativa	Suplente	UEL
	Profissionais de Saúde		Condição	Entidade
10	Fabio Stahlschmidt	Justificativa	Titular	CRF
	José Carlos Tozzeto Vettorazzi	Presente	Suplente	CRF
11	Graciele de Pintor	Justificativa	Titular	SINDIFAR
	Mauricio Portella	Presente	Suplente	SINDIFAR
12	Jhulie Rissato da Silva	Presente	Titular	CRN8
	Márcia Maria Arenhart Soares	Presente	Suplente	CRN8
13	Joari Stahlschmidt	Ausente	Titular	CREFITO
	Alexsandra Santos Silva	Justificativa	Suplente	CREFITO
14	Woldir Wosiacki Filho	Ausente	Titular	SINFITO
	Elfi Gusava	Ausente	Suplente	SINFITO
15	Marcelo Hagebock Guimarães	Presente	Titular	CREF9
	Leandra Aparecida C. de Rosis	Justificativa	Suplente	CREF9
16	Olga Estefânia Duarte Gomes Pereira	Justificativa	Titular	SINDSAÚDE
	Ana Cristina de Carvalho Brito	Ausente	Suplente	SINDSAÚDE
17	Irene Rodrigues dos Santos	Ausente	Titular	FESSMUC



ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA





	SAUDE-CES/PR		T	
	Liliane Rute Coutinho	Ausente	Suplente	FESSMUC
18	Palmira Aparecida Soares Rangel	Justificativa	Titular	FESMEPAR
	Aparecida Benito Pereira	Ausente	Suplente	FEMEPAR
	Usuários		Condição	Entidade
19	Luiz Américo Delphim	Justificativa	Titular	SINDIPETRO
	Luciano Zanetti	Justificativa	Suplente	SINDIPETRO
20	Jonas Braz	Justificativa	Titular	CUT
	Silvana Prestes Araújo	Ausente	Suplente	CUT
21	Antonio Vieira Martins	Presente	Titular	UGT
	Lidmar José Araujo	Justificativa	Suplente	UGT
22	Santo Batista de Aquino	Presente	Titular	SINDNAPI
	Manoel Rodrigues do Amaral	Justificativa	Suplente	SINDNAPI
23	Livaldo Bento	Presente	Titular	MOPS
	Antonio Barrichello	Justificativa	Suplente	MOPS
24	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Edna Soares da Silva	Justificativa	Suplente	ANEPS
25	Amaury Cesar Alexandrino	Presente	Titular	DEFIPAR
	Tania Roseli Minusculi	Justificativa	Suplente	DEFIPAR
26	João Maria Ferrari Chagas	Justificativa	Titular	IBDa
	Terezinha Aparecida de Lima	Justificativa	Suplente	IBDa
27	Lívia Diniz Lopes Sola	Justificativa	Titular	FAMOPAR
	Joarez Camargo	Presente	Suplente	FAMOPAR
28	Angelo Barreiros	Presente	Titular	CONAM
	Selma Maria Assis Gonçalves	Justificativa	Suplente	CONAM
29	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	FECAMPAR
	Ivo Pedroso	Justificativa	Suplente	FECAMPAR
30	Marcia Beghini Zambrim	Justificativa	Titular	Pastoral da Saúde
	Maria Cristina Galacho de Souza	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
31	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Avila Maria Garrett Savi de Andrade	Justificativa	Suplente	Pastoral da Criança
32	Rosalina Batista	Presente	Titular	ASSEMPA
	Maria Lucia Gomes	Presente	Suplente	ASSEMPA
33	Celia da Silva Leonardo Garcia	Justificativa	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Cibelle Santos de Oliveira	Ausente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
34	Terezinha Andrade Possebom	Presente	Titular	HUMSOL
	Ellen Aparecida Vasconcellos Cesar	Justificativa	Suplente	HUMSOL
35	Maria Elvira de Araújo	Presente	Titular	ASSEMPA
	Marcos Antonio da Silva	Justificativa	Suplente	IBDa
36	Edvaldo Viana	Presente	Titular	CONAM
	Edgar Christ	Justificativa	Suplente	MOPS
	<u>i </u>		1	1

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-CES/PR

6

7

8

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



1. Expediente Interno

2. Ordem do Dia

- 2.1 Aprovação da Pauta
- 2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora

Encaminhamentos Mesa Diretora:

Justificativas e substituições

Leitura de Expedientes

Informes da Mesa Diretora

- 1° Assunto: Deliberação das Atas da 252ª Reunião Ordinária de 24 de maio de 2018 e 253ª Reunião Ordinária de 28 de junho de 2018 (5');
 - 2° Assunto: Lei Orçamentária Anual LOA 2019: Apresentação (45') e Discussão (30');
 - 3º Assunto: Comissão Organizadora da 12ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná (10');
- 4º Assunto: Alteração e deliberação da reunião da Mesa Diretora da 258ª Reunião Ordinária do CES/PR (novembro/2018) (5');
- 5º Assunto: Apresentação e aprovação do Código de Ética e de Conduta do Conselho Estadual de Saúde do Paraná CES/PR: Apresentação (30') e Discussão (30');
 - 6º Assunto: MPPR Programa SUSCOM+: Apresentação (15') e Discussão (15');
 - 7º Assunto: MPPR Programa PRO-CONSELHO: Apresentação (15') e Discussão (15');
 - 8º Assunto: MPPR Programa 399 OUVIDORIAS: Apresentação (15') e Discussão (15');
- 9º Assunto: Agosto Azul (Paternidade Responsável, Caderneta de Vacinação do Homem e Dados Epidemiológicos de Morbidade e Mortalidade do Homem no PR): Apresentação (30') e Discussão (30'):
 - 10º Assunto: Agosto Dourado: Apresentação (10') e Discussão (10');
 - 11º Assunto: Comissões.

3. Informes

3.1 Informes Gerais.

10 11

12

13

14

15 16

17

18 19

20

2122

2324

25

2627

28 29

30

31 32

9

(F1) Rangel (FEHOSPAR) Bom dia a todos e a todas. Pessoal. Então agradecer Deus por mais essa oportunidade de estarmos presente, mês passado não pude vir por estar no evento do ABRASCÃO. Vamos dar início então à nossa reunião. Mauricio, por favor, verificar o quorum. Mauricio (Secretaria Executiva) Bom dia a todas e a todos. Fazendo a contagem de quorum. Vinte e quatro, quorum adequado. Rangel (FEHOSPAR) Vinte e quatro presentes. Quorum adequado. Antes de mais nada, vou pedir um minuto de silêncio. No dia vinte e um, antes de ontem, faleceu o esposo da nossa conselheira Terezinha Aparecida de Lima, o Mario Adão da Cruz. Pedir a todos que figuem em pé. Um minuto de silêncio, por favor. Que Deus conforte, dê força e sabedoria pra nossa amiga Terezinha pra que saiba lidar com situações nesse momento de dor. Vamos pra aprovação da pauta. Primeiro assunto, deliberação das atas da ducentésima quinquagésima segunda reunião ordinária de vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito e ducentésima quinquagésima terceira reunião ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e dezoito. Segundo assunto, lei orçamentária anual, LOA, dois mil e dezenove. Terceiro assunto, Comissão Organizadora da décima segunda Conferência Estadual de Saúde do Paraná. Quarto assunto, alteração e deliberação da reunião da Mesa Diretora da ducentésima quinquagésima oitava reunião ordinária do CES/PR. Quinto assunto, apresentação e aprovação do Código de Ética e de Conduta do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Sexto assunto, Ministério Público do Paraná, programa SUSCOM+. Sétimo assunto, Ministério Público do Paraná, programa Pró-Conselho. Oitavo assunto, Ministério Público do Paraná, programa Trezentos e Noventa e Nove Ouvidorias. Nono assunto, Agosto Azul, paternidade responsável, caderneta de vacinação do homem e de dados epidemiológicos de morbidade e mortalidade do homem no Paraná. Décimo assunto, Agosto Dourado. Décimo primeiro assunto, Comissões. Pois não dona Rosalina, comissão? Comissão de Educação Permanente, mais alguma?



ATA DA 255² REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Orçamento. Mais alguma comissão? Ética? Deixa? Tá na pauta. Então comissões, Educação 33 Permanente e Orçamento. Então, em votação. Por contraste. Quem aprova a pauta? Os favoráveis. 34 Contrários. Abstenção. Aprovado por todos. Mauricio (Secretaria Executiva) Bom dia conselheiros 35 e conselheiras. Fazendo a informação das justificativas para esta reunião. Célia Silva Leonardo, Luiz 36 37 Américo Delphim, Luciano Zanetti, Olga Estefânia Gomes Duarte Pereira, Luzia Tiemi Oikawa, Zuleide Bezerra Dalla Costa, Maria Aparecida Bertoni Cardoso, Fabio Stahlschmidt, Graciele de 38 39 Pintor, Jonas Braz, Lívia Diniz Lopes Sola, Marcia Beghini Zambrim, Julia Valeria Ferreira Cordellini, 40 João Maria Ferrari Chagas, Palmira Aparecida Soares Rangel e, no período da tarde, Marcelo 41 Hagebock Guimarães. Substituições. Por meio do ofício número trinta e cinco, o COSEMS informa a substituição do senhor Adroaldo Gasparotti e a indicação de Luzia Tiemi Oikawa como suplente do 42 43 COSEMS. E, por meio da correspondência datada de vinte e oito de julho de dois mil e dezoito, a 44 CONAM, Confederação das Associações de Moradores, tendo participado da eleição ocorrida neste Conselho no dia vinte e sete de julho, sendo eleita para vacância do segmento usuário neste 45 Conselho na qualidade de titular, vem pela presente correspondência indicar o seu representante, 46 47 senhor Edvaldo Viana. E, o MOPS, por meio do ofício vinte e cinco dois mil e dezoito, que é o 48 Movimento Popular de Saúde do Paraná, vem fazer a indicação do representante para suplência deste Conselho da entidade CONAM, o senhor sendo indicado o senhor Edgar Christ. Foram essas 49 as substituições e indicações. Muito obrigado. Bom, eu gostaria, eu sei que o Edvaldo está aqui, a 50 Luzia está? Não? E o Edgar também não? Edvaldo, pedir pra você se apresentar, nós já nos 51 52 conhecemos ontem lá no hotel. Por favor, tenha a palavra. Edvaldo (CONAM) Bom dia a todos. Meu nome é Edvaldo Viana, sou da cidade de Londrina, no norte do Paraná, faço parte do conselho 53 54 regional de saúde lá da cidade de Londrina, sou conselheiro da COHAB e fico agradecido pela confiança da CONAM por ter indicado o meu nome neste Conselho tão respeitado e só tenho a dizer 55 que tenho muito a aprender. Muito obrigado pela confiança da CONAM. Rangel (FEHOSPAR) Nós 56 57 que agradecemos, sinta-se em casa, seja bem vindo à nossa família de conselheiros. Leitura de 58 expedientes, Angelo. Angelo (CONAM) Leitura do expediente de hoje. Vamos iniciar com uma 59 informação sobre o horário da van para o trecho entre o hotel, às oito horas já ocorreu, agora às 60 doze horas sai da SESA para o hotel San Martin, às treze e quinze do hotel San Martin para a SESA, às dezesseis e trinta sai da SESA para rodoviária e aeroporto. Esses são os horários da van. 61 62 Documentos recebidos, que foram analisados pela Mesa. O ofício cinco meia quatro dois mil e 63 dezoito do CRESS, setor de orientação e fiscalização, informações sobre o acompanhamento do concurso público edital número sete três dois mil e dezesseis em aberto e PSS número um dois mil e 64 65 dezoito, encaminhado ofício para GRHS da SESA responder. O ofício número treze dois mil e dezoito do Ministério Público Federal, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério 66 Público Federal solicita que acompanhe, monitore, controle e colabore junto ao Prefeito e ao 67 Secretário de Saúde dos Municípios e CMS dos Municípios elencados no anexo, referente ao 68 69 aumento do risco de retorno de poliomielite a fim de que seja possível superar esse quadro; foi encaminhado ofício para todos os prefeitos e secretários responderem. O COMUS Foz do Iguaçu 70 71 solicita uma Moção de Apoio do CES/PR no tocante à revisão macro e atualização do Teto 72 Financeiro do SUS no Município de Foz do Iguaçu, uma vez que a Prefeitura de Foz investe mais de 73 trinta por cento do orçamento próprio no custeio da Saúde sem a devida contrapartida dos outros 74 dois entes federativos, o CES encaminhou para a SESA responder e posteriormente será enviado ao 75 Conselho Municipal de Foz do Iguaçu. O ofício oitocentos e cinco dois mil e dezoito do Ministério 76 Público do Paraná solicita pauta do CES a respeito de iniciativas do Centro de Apoio Operacional 77 das Promotorias de Proteção à Saúde Pública, pautado apresentação na ducentésima 78 quinquagésima quinta, que será pautado na próxima reunião. O ofício um nove cinco oito dois mil e 79 dezoito, Ministério Público do Estado do Paraná informa o arquivamento da notícia do fato número 80 zero quarenta e seis apurar notícia sobre suposto embaraçamento atualmente imposto pela Secretaria de Estado da Saúde, dificultando a participação do Comitê de Prevenção da Mortalidade 81



ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Materna do Paraná em novo Comitê, recentemente instituído pelo próprio Órgão gestor; foi 82 83 encaminhado ofício para Comissão de Saúde da Mulher. Correspondência de vinte e sete de junho de dois mil e dezoito, o Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do 84 Ministério da Saúde envia dois exemplares de Diretrizes Nacionais para a Vigilância em Saúde de 85 86 Populações Expostas a Agrotóxicos; foi encaminhado ofícios pras comissões Vigilância e Saúde e DST/AIDS e Intersetorial de Recursos Humanos e Saúde do Trabalhador. Ofício quinze dois nove 87 88 um, a resposta da SESA referente, foi, não sei esse ofício, foi encaminhado para o SindSaude, o 89 SindSaude fez um questionamento e esse foi feito a resposta pelo CES e a SESA ao SindSaude. 90 Resposta também da SESA, também o ofício quinze dois nove um um zero um quatro um também encaminhado a resposta para o SindSaude. O ofício quinhentos e dois dois mil e dezoito encaminha 91 92 cópia do relatório final da auditoria realizada na Secretaria Municipal de Guaraqueçaba para 93 conhecimento, esse ofício foi encaminhado para a Comissão de Orçamento para conhecimento. O ofício quinhentos e quatro dois mil e dezoito, encaminha também cópia de relatório para verificação 94 de ajuste sanitário do TAS quatro sete oito realizado na Secretaria Municipal de Pitanga para 95 96 conhecimento, esse ofício foi também foi encaminhado para a Comissão de Orçamento para 97 conhecimento. Agora vem um convite, evento de amamentação e paternidade em comum a base da vida, no dia sete do oito que ocorreu, nesse evento o presidente co Conselho compareceu neste 98 evento. Aula inaugural da qualificação e capacitação multiprofissional e cuidadores em análise de 99 100 comportamento aplicada, ABA, voltada ao transtorno do espectro autismo, TEA, número um dezoito, 101 o conselheiro Joari representou o CES neste evento. Mais um evento que ocorreu, o nono Encontro Nacional das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, CISTTÃO, vinte e 102 103 um a vinte e três; os conselheiros Luiz Américo Delphim, Jonas Braz e Olga Estefânia estão neste 104 evento. O e-mail da CISTT Nacional do Conselho Nacional, a Comissão Intersetorial de Saúde do 105 Trabalhador e Trabalhadora, CISTT, do Conselho Nacional de Saúde informa a nonagésima nona 106 reunião da CISTT a ser realizada nos dias quatro e seis de setembro dois mil e dezoito em Brasília, as despesas de passagens e diárias são de responsabilidades do conselho de origem, enviado e-107 108 mail para os conselheiros para conhecimento. Departamento Intersetorial de Estudos e Pesquisas de 109 Saúde Ambiental, DIESAT, convida o Estado do Paraná de mover oficina em formação de saúde do 110 trabalhador e trabalhadora do controle social, projeto de articulação e qualificação do controle no 111 mês de setembro de dois mil e dezoito; encaminhado ofício de resposta do CES/PR. Recebemos um 112 exemplar da revista RADIS, os interessados poderão ver junto à Secretaria do CES/PR. Temos um 113 convite, encontro estadual de ouvidores do SUS do Paraná dia dois do oito, que também já ocorreu, 114 a conselheira Terezinha de Andrade Possebom representou o CES. A SUP necessita a indicação de um novo representante do CES/PR para o comitê de ética e pesquisa envolvendo seres humanos da 115 SESA, situado no Hospital do Trabalhador conforme a resolução um sete cinco dois mil e quatorze; 116 117 ofício de resposta enviado do CES no dia um do oito. Esses foram os informes do CES desta 118 reunião. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado, Angelo. Dando seguência, deliberação das atas da ducentésima quinquagésima segunda reunião ordinária de vinte e quatro de maio dois mil e dezoito 119 120 e ducentésima quinquagésima terceira reunião ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e 121 dezoito. Alquém tem alguma consideração? Não? Processo de votação. Os favoráveis. Por 122 contraste. Os contrários. Abstenções. Uma abstenção. Aprovado. Aprovadas. Segundo assunto, Lei 123 Orçamentária Anual, LOA, dois mil e dezenove. Quem vai estar apresentando? Sandra? Então 124 Sezifredo, por favor. Sezifredo (SESA) Bom dia senhores conselheiros, conselheiras. Na verdade a 125 Sandra só não apresenta porque ela modestamente está, vamos dizer assim, pediu pra eu fazer 126 essa apresentação. E, na verdade, além da apresentação eu acho importante é a gente depois ter os 127 esclarecimentos que forem possíveis, porque nós, e vocês já vão entender, nós estamos num 128 processo de construção do orçamento dois mil e dezenove. Sezifredo e Sandra, da SESA, fazem 129 apresentação. (F2) (continuação da apresentação) (F3) Rangel (FEHOSPAR) Agradecer então ao Sezifredo e a Sandra. Parabéns pela apresentação. Em discussão. Inscritos? Só um minuto. 130



ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Hermes (HU-UEM) Sezifredo, Sandra, primeiro parabenizar pela apresentação. Sandra, nós somos 131 132 técnicos então nós somos, temos uma tendência muito grande de passar números, códigos, mas a parceria com o Sezifredo e com o Juliano aqui foi interessante; eu não diria salvou. Na realidade, nós 133 134 estamos pedindo essa apresentação antecipada, não diria nem nós, o próprio Conselho, e parabéns 135 porque esse ano nós tivemos uma apresentação bem interessante, fixando bem claramente que não 136 são dados, que o teto financeiro, que não depende da SESA, ele é fixado pela Secretaria da 137 Fazenda, até hoje não é o real. Eu fico meio triste em função da ação quarenta e cinco dezessete, 138 de promoção, que não foi sugerida por nós. Mas até uma coisa que eu citei aqui anteriormente, a 139 Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa é uma parceira desse Conselho, nós não devemos 140 tratar eles de forma e essa sugestão representa claramente isso. A questão do projeto Vida no 141 Trânsito, nessa ação, só complementando um pouco Sezifredo, talvez o medo do orçamento do ano 142 que vem, que não representa aquele grande avanço financeiro, até porque nós temos as limitações 143 com a fixação dos tetos em função do acordo assinado com a União, a questão da variação cambial. 144 Nós tínhamos uma previsão de três vírgula vinte e seis, se nós consideramos trezentos e trinta 145 milhões que são adquiridos de materiais pelo DEAF, isso tem uma interferência na variação do dólar, 146 no preço de medicamentos e materiais, nós podemos ter até problemas esse ano e isso também 147 acontece com recurso que estão nas unidades, no custeio que tá até ali representado, dois bilhões, eu não consegui separar o que seria material de consumo, que seria o valor bem significativo. Então 148 149 nós podemos ter mais uma duplicação nisso, acho que ano que vem temos que trabalhar de forma 150 bem clara. Mas parabéns pelo processo de apresentação aqui. Eu acho que a partir desse ano deve 151 se começar uma nova forma de ver essa questão orçamentária aqui com análise antecipada. 152 Rosalina (Assempa) Primeiro também dar os parabéns. Da forma que você trouxe os dados claro 153 pra gente. Ontem na nossa Comissão de Comunicação e Educação Permanente e de Orçamento a 154 gente tava discutindo essa necessidade de trabalhar essa questão dos números e financiamento 155 mais clara que a gente entenda aonde que cada um dessas caixinhas vai estar sendo investido, isso 156 você trouxe com uma clareza muito boa. Parabéns. Também quero dar o parabéns pela criação 157 dessa política de promoção à saúde, porque hoje, conhecendo a necessidade que várias ações da 158 população que tá envelhecendo, envelhecendo com qualidade de vida, então tem que fluir muito 159 essa questão aí da promoção à saúde. E, no investimento, eu gostaria de perguntar Sezifredo, duas 160 políticas que nós estamos na nossa região, que é lá o Hospital da Zona Oeste e o investimento da 161 Maternidade do HU, que não vai terminar esse ano. A gente vai precisar tanto de equipamento e de pessoal lá pra poder ponhar a maternidade funcionar. Joarez (FAMOPAR) Eu quero agradecer a 162 163 apresentação, que com essas siglas a gente é leigo, a gente consegue saber pra onde vai o dinheiro. Sezifredo, eu tenho uma pergunta bem específica sobre o Hospital Regional de 164 165 Guarapuava, ele está com noventa, quase noventa e cinco por cento das obras prontas e eu não vi na superintendência nada, como diz a dona Rosalina, nós precisamos de leitos e não vi nada 166 167 específico pra lá. Se, como é LOA pro ano que vem, se tem alguma possibilidade de ser aberto esse 168 hospital pro ano que vem. Elizabete (Ministério da Saúde) Eu não conhecia, acho que pra mim foi 169 bastante esclarecedor, porque enfim, faz pouco tempo que eu retornei para o Paraná e não conhecia 170 o orçamento aqui do Estado ainda. Eu só queria, achei bastante interessante, enfim, acho que só 171 essas ressalvas que o Sezifredo fez, esses três pontos, Hospital da Polícia Militar, a saúde do 172 servidor e a questão do leite; que tá sendo incluído como despesas de saúde, acho que isso é 173 questionável em âmbito nacional, não é só aqui no Paraná. Mas, eu queria fazer uma sugestão, se a 174 gente pudesse em outro momento, trabalhar a questão do orçamento por nível de atenção, porque 175 acho que a gente enquanto Conselho Estadual de Saúde a gente precisa trabalhar a questão do 176 modelo de atenção que nós queremos e o modelo ele tem que estar articulado ao modelo de 177 financiamento. E, eu sei que hoje, se a gente for avaliar a questão do orçamento em âmbito nacional, 178 a gente vai perceber que grande parte do recurso do SUS ele vai pra média e alta complexidade e a 179 gente sabe que a resolutividade tá na atenção básica. Então, como inverter esse processo? Acho



181

182

183 184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226227

228

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



que o Conselho precisa se preocupar um pouco com isso. Então se a gente puder em outros momentos, fazer essa análise do investimento que está sendo previsto pra dois mil e dezenove, em relação a atenção básica, em relação a média e alta complexidade, investimento, enfim, pra que a gente possa olhar pra esse orçamento e verificar se ele tá coerente com o modelo de atenção que nós queremos implementar no futuro. Sezifredo (SESA) Perfeito. Eu posso já começar? Rangel (FEHOSPAR) Sim, Sezifredo. Já deu. Sezifredo (SESA) Sezifredo e a Sandra; eu queria destacar também a presença do Olavo, nosso diretor do Fundo Estadual de Saúde e claro, dos demais diretores da Secretaria e superintendentes. Bom, Hermes, é isso mesmo. A gente tem uma preocupação grande com o impacto que pode ter a questão cambial, a questão macroeconômica no próximo ano. Você sabe que nós somos um setor, setor saúde, onde a inflação é maior do que a inflação normal dos outros componentes de produtos e serviços, a inflação na saúde é maior. Então investimento em saúde ele tá sempre tendo esse desafio de correr também pra trabalhar em cima dessa defasagem. Nós temos importações, nós temos judicialização, que é um carma do ponto de vista orçamentário e financeiro e é o que a gente tá tentando, por isso que uma gestão orçamentária e financeira ela é fundamental numa Secretaria como a nossa e qualquer órgão do SUS, mas eu registro a tua preocupação e a nossa também. Em relação à tua colocação, veja bem, Joarez, você perguntou sobre o Hospital Regional de Guarapuava. Bom, de fato a gente poderia ter detalhado aqui, isso não apenas para a Superintendência de Unidades Próprias mas as outras também, um pouco mais a situação de cada investimento, mas só pra você ter uma ideia, nós já estamos, já está tramitando a compra dos equipamentos para o hospital de Guarapuava. A nossa previsão realmente é de terminá-lo no ano que vem e equipá-lo e aí vamos discutir se essa gestão vai ficar conosco, com a SESA, ou com a Fundação que é a FUNEAS que está assumindo os hospitais novos. Então fique tranquilo em relação a isso, ele tá previsto sim no orçamento do ano que vem. Assim como está previsto também Ivaiporã, que é uma obra que também já está indo muito bem, são duas excelentes construtoras, elogiar construtora no Brasil é meio perigoso mas eu considero duas grandes construtoras, hoje a Ideal de Guarapuava e a Guetter de Ivaiporã, são construtoras que vem trabalhando direitinho, inclusive num processo muito sério assim de relação com o Estado, muito sério, muito ético, sem problema nenhum. Então a gente pode oportunamente trazer aqui a este Conselho esse detalhamento que vocês querem, isso vale dona Rosalina pro Hospital da Zona Oeste de Londrina, lá ainda temos aquela questão da cessão do terreno pro Estado, estamos vencendo essa parte, gostaríamos de licitar esse ano ainda o projeto dele, o projeto, projetos todos pra gente começar a construção no ano que vem, mas é um hospital que vai lá pra dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, a gente sabe que vai ter que queimas essas etapas ainda. Então os investimentos, a gente, inclusive temos uma planilha que a Superintendência, SAD, Administrativa me dá periodicamente como tá o andamento de cada obra dessas, Centro de Especialidades de Guarapuava por exemplo que nós queríamos inaugurar esse ano, estamos lá no libelo com os municípios pra eles aceitarem o protocolo de intenções. Eu acho que respondi tudo. Sandra você quer complementar? Tem alguma coisa. Sandra (SESA) Na previsão que a gente fez pra atender investimento, nós buscamos contemplar todas as obras que já estão em execução, abrindo essas obras com rubrica, com valor que pode ou não ser necessário suplementar e incluímos também o que conseguimos de obras novas e também previsão de reformas dentro daqueles cem milhões que eu comentei. Sezifredo (SESA) Bem, em relação à sua pergunta Elizabete, eu acho que nós de fato também podemos fazer isso, quer dizer. E nós ficamos bem à vontade porque aqui na SESA a gente vem crescendo sempre os investimentos na atenção primária, o apoio aos municípios, os nossos investimentos são significativos para os municípios, isso fundo a fundo. Talvez a gente seja no Brasil, do ponto de vista percentual, a Secretaria Estadual que mais faz repasses fundo a fundo na atenção primária, na atenção básica. Então isso é uma coisa que nós temos assim bem estruturado, não apenas pra atenção primária assistencial, mas pra vigilância em saúde através do VigiaSUS e outros programas que a gente tem, mas a gente pode trazer sim, é bom que vocês conheçam a



231

232233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254255

256

257

258

259

260261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA





realidade de como a gente faz esses grandes blocos de investimentos e de custeio no Paraná. Há um mito que às vezes é levantado, já vi aqui no Conselho, ah a SESA repassa muito recurso pra hospitais filantrópicos, mas ninguém fala que os hospitais filantrópicos respondem por mais de cinquenta por cento das internações. Que se comparar o que nós investimos nos hospitais filantrópicos em custeio, no pagamento de serviços, com o que nós gastamos nos hospitais próprios e universitários, vocês vão ver a relação como é, não estou dizendo que há um trato perdulário em relação às unidades próprias do Estado, mas que é efetivamente um recurso que se não fosse feito a gente la deixar a nossa população sem assistência não tenho dúvida. Então a gente pode mostrar, judicialização, gastamos ano passado duzentos milhões em judicialização, medicamento e outras coisas, mas principalmente medicamentos; vamos esse ano que vem gastar quanto? Essa é uma interrogação que nos preocupa muito, porque ano a ano vem crescendo e a gente tem que responder, estamos vendo aí várias estratégias para tentar segurar isso daí. Mas o fato é que eu acho sua sugestão excelente, tem muita coisa que a gente realmente custeia que não é nem nosso, na judicialização por exemplo os medicamentos de alto custo, infelizmente o Ministério, entre nós aqui, ao vem ressarcindo a gente, não ressarce, então a gente tem aí uma conta já grande a receber, mas o fato é que é importante isso que você falou, a gente também fazer essa apresentação colocando quanto que nós estamos investindo em atenção primária, na média complexidade, na alta complexidade também. Eu vou ter que sair, Rangel, porque eu tenho compromisso na Secretaria de Obras, eu tenho que ir lá, mas a Sandra continua. Rangel (FEHOSPAR) É isso que eu ia falar. Temos mais três inscritos, mas a Sandra continua. Agradecer, tá bom? Bom dia de trabalho pra você. (F4) Então tem mais três inscritos, Antonio, a Malu e a dona Rosalina, na fala da Malu vou encerrar as inscrições, tudo bem? Antonio (UGT) Bom dia. Na verdade como tá discutindo orçamento pra dois mil e dezenove, Cascavel, nós temos lá o Hospital Universitário e tem uma obra grande que tá praticamente pronta, que é o hospital de queimados, é uma obra lá da região oeste muitos anos a reivindicação daquela região do hospital dos queimados. E, queria ver se tem alguma solicitação, alguma verba na verdade, que a gente sabe que o prédio tá quase pronto e aí tem o recursos humanos, se tem alguma coisa nesse sentido pro próximo ano já ou se não tem nada encaminhado no sentido de principalmente de recursos humanos praquela obra lá da região oeste que é o Hospital Universitário. Hospital dos queimados na verdade. Malu (Assempa) Sezifredo la saindo, eu falei o senhor não vai sair sem me ouvir. A preocupação com o que eu vou falar agora, que legal né? Mas eu guero parabenizar a equipe da SESA, equipe técnica de profissionais, é uma equipe pesada, né Olavo? Aos pouquinhos vocês aprenderam, né Olavo? Aprende, né? As críticas agui dos phdeuses vocês aprenderam. Então eu quero parabenizar senhor diretor geral, a equipe da SESA e eu tava falando aqui com as meninas que o Estado do Paraná é referência. Nós estamos no conselho municipal e estadual e quando eu vejo ali os investimentos, nós estamos no HospSUS e eu estou na contratualização dos hospitais municipais também, então a gente vê o investimento que o Estado fez na saúde e continua fazendo. Então eu gosto de ver esses números porque quando alguém, algum phdeus faz crítica, porque o senhor falou muita gente não sabe onde vai o dinheiro, eu vi na Comissão de Orçamento alguém perguntando quantos milhões aí vai, as pessoas nem sabem quais as fontes de recurso, muitos conselheiros é difícil. Então eu quero parabenizar a equipe técnica financeira da SESA, como todos os profissionais da SESA, a gestão, viu Sezifredo? A gestão, e quando foi falado aqui viu Hermes da Comissão de Saúde da Assembleia, eles estão aprendendo também. Os técnicos da SESA delicadamente vão lá todo ano, várias vezes, aos pouquinhos orienta eles, porque nós vamos lá todo ano a gente ouve as perguntas que eles fazem, é vergonhosa e são profissionais da saúde que estão lá também e fazem perguntas eles não sabem, eles não conhecem o orçamento da saúde, eles não conhecem a saúde do Paraná. E quando se fala em hospital, construir hospital, quero mais hospital, dá ibope, né? Na inauguração lá tem mídia e tal, mas a manutenção dos hospitais, as pessoas não tem noção. E também vamos lembrar que a saúde é municipal, que os conselhos municipais também assumam sua



ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



responsabilidade. Eu fiquei feliz quando o Joarez perguntou ali do hospital de Guarapuava e o 278 279 Sezifredo respondeu de outros hospitais próprios também, o investimento que tá sendo feito. Parabéns à equipe, Sezifredo. Rosalina (Assempa) Desculpa de eu estar interrompendo de novo. 280 Mas ele não explicou pra mim assim a questão da maternidade. E outra, na fala da Elizabete, é 281 282 muito importante que a gente também, talvez nós aqui do Conselho, controle social, trabalha também com a formação dos conselheiros agora próximo das conferências, divulgar, porque assim, 283 284 se vai o investimento mais na alta e média complexidade é porque as sociedade não vai pras 285 conferências pedindo investimento na atenção primária, que quem leva de primeira pauta pra 286 conferência, mais médico, mais quia de especialidade. Eu to sempre indo falar nas ações, dos conselheiros, eu to falando que a única, quem cuida da minha saúde é a unidade básica de saúde. O 287 288 hospital trata a doença e quando você chega lá no hospital tem dois caminhos, ou você volta pra 289 casa e vai voltar pra unidade básica de saúde pra curar ou você vai pro cemitério. Então a gente tem 290 que trabalhar também, talvez uma nova forma de esclarecimento. Quero dar parabéns pra Comissão 291 de Orçamento que também trouxe a pauta pra trabalhar a questão do melhor conhecimento do 292 financiamento, de onde vai e nós vai pra um momento também que a direção do bloco de 293 financiamento que ele é facial da gestão gastar onde quiser, então vejo que não é só manter as 294 propostas, é a gente trabalhar com setor de informação. Eu e o Rangel estivemos no curso do doutor Eugenio Vilaça em Londrina, e assim, ele mostrou claro o que tá acontecendo em Toledo, que o 295 296 dinheiro não tá indo muito pra gestão de alta complexidade mas mais pra média complexidade. 297 Talvez é uma nova ação que a gente tem que trabalhar. Mas parabéns. Sandra (SESA) Respondendo os questionamentos na sequência. O Antonio perguntou sobre a obra da ala de 298 299 queimados de Cascavel. Essa obra ela já tá em execução, teve previsão orçamentária pra dois mil e 300 dezoito e também vai ter previsão orçamentária pra dois mil e dezenove. Abertura da obra, prevendo 301 de repente algum aditivo. Ela tá contemplada pra LOA. Oi Malu, muito obrigada pelos elogios, 302 agradeço de coração. Com muita satisfação que eu trouxe aqui esse trabalho aqui pra Conselho, é 303 lógico que a gente pretende sempre aprimorar atendendo as solicitações, as demandas de 304 esclarecimento que vocês manifestarem. Muito obrigada Mali pelo elogio. E a equipe do GOFS, a 305 Dani, a Ellen, a Vanessa e a Val, a Dani tá aqui também representando o GOFS; agradece a todos 306 também. Sim. Sim. Esperamos melhorar. O questionamento da dona Rosalina, que é a questão da 307 ala materno-infantil do HU de Londrina. Dona Rosalina, como a gente comentou no início da fala, a 308 LOA ainda tá nos dados preliminares, então a gente ainda tá avaliando obras novas pra inclusão ou 309 não, então eu não tenho ainda um resposta definitiva pra senhora porque ainda tem uns quinze dias. 310 Bom, se não é obra nova, a situação é diferenciada, porque as obras que estão em execução, todas 311 sem exceção, foram contempladas no orçamento de dois mil e dezenove. Terão continuidade, tá? É 312 que bastante, acho que temos umas cinquenta obras, então às vezes fica complicado lembrar. Mas 313 se não é obra nova, haverá continuidade, nenhuma será paralisada. Ta ok? Rangel (FEHOSPAR) 314 Ok, Sandra. Bom, agradecer a vinda de vocês aqui pra apresentação. Acho que foi muito rico a 315 questão da discussão, nós vimos que houve um complemento, na questão do orçamento do CES, 316 que foi ano passado, esse ano de um milhão trezentos e setenta e três e setenta e três reais e depois pro ano que vem vai ser de um milhão seiscentos e setenta e cinco, lembrando que poderá 317 318 ter um suplemento nesse valor devido à Conferência Nacional que vai ter algumas despesas de 319 traslado e hospedagem, mas depois o Marcelo vai entrar em detalhe e que provavelmente vamos 320 precisar de um suplemento nesse orçamento. Então agradecer. Dizer que aquilo que o Sezifredo 321 falou em relação aos hospitais, a parceria com os hospitais filantrópicos é de grande importância, 322 puxando um pouco a sardinha pro lado dos prestadores, nós que estamos lá na ponta, que 323 atendemos a população, nós sabemos o que a população precisa e se o Estado do Paraná não tiver 324 uma parceria como tá sendo hoje, o que vai sofrer é a população. Nós sabemos lá que nós 325 atendemos, o senhor João, a dona Maria, sabemos a dor. Muitas vezes é facial a crítica em cima dos prestadores, mas se nós não tivermos lá e, a grande maioria de interior não tem hospital próprio e os 326



ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



hospitais públicos municipais estão sucateados, não conseque atender. E, aquele município que 327 328 insiste em hospital público, manter hospital público, tá quebrado, porque ele não é preparado pra isso também. Então agradecer a SESA e saber que eles entendem da importância dos prestadores 329 nesse trabalho em questão da saúde da população. Malu (Assempa) Senhor presidente, vamos 330 331 lembrar também que todo município tem um conselho municipal de saúde, certo? Então, fortalecer 332 aqui, lembrar mais uma vez que quem aprova a conta do gestor é o conselho municipal. Quem 333 analisa o relatório quadrimestral são os conselhos municipais, então os conselhos municipais tem 334 que ter uma atenção mais firme nas contas, porque eu falei com o reitor de uma universidade, eu 335 não vou citar a região, mas ele falou, ah mas o conselho é todo vendido ao gestor, eu falei o senhor 336 vem falar isso pra mim, pra mim, reitor de uma universidade, onde o município dele tá uma 337 vergonha, tá estampando a televisão; ele falou mas os conselheiros são todos vendidos, eu falei 338 então o senhor fala isso lá no plenário do conselho do teu município não pra mim, eu fiquei com 339 vergonha. Então vamos lembrar que o conselho municipal, que as propostas são elaboradas, 340 votadas, aprovadas nas conferências municipais; quem elabora o plano municipal de saúde são os 341 conselheiros, elabora as propostas, aprovam e quem também analisa o relatório quadrimestral é os 342 conselheiros. Então um pouquinho mais de atenção. Rangel (FEHOSPAR) Também lembrar que 343 todas as regionais tem uma comissão de avaliação dessas contas. Então tem o HospSUS, então tem 344 uma avaliação. Mas são membros da comissão, tá? Então são membros da comissão. Então assim, é muito bem auditado, então não é um dinheiro repassado, ah eu pago e vocês fazem o que querem, 345 346 o prestador. Não. Tem que prestar contas e se tiver errada a prestação de contas, se não atingiu 347 muitas vezes as avaliações, os índices de avaliações, que são vários índices, há o desconto, há a 348 glosa. Tá ok? Então só deixar bem claro isso daqui pros conselheiros. Fala no microfone, por favor. 349 Então tá bom. Pessoal, isso, agradecer então. Vamos dar continuação ao nosso trabalho, mas já 350 dando um intervalozinho de dez minutos conforme o nosso regimento, tudo bem? Então tá bom. 351 Obrigado. Até daqui a pouco. (F5) Vamos retornar o nosso trabalho, então. Mauricio, por favor, verificar o quorum. Mauricio (Secretaria Executiva) Fazendo a contagem de quorum. Vinte e três. 352 353 Quorum adequado. Rangel (FEHOSPAR) Vinte e três. Quorum adequado. Vamos dar sequência 354 aos trabalhos. Mauricio tem uma justificativa, Mauricio? Por favor. Mauricio (Secretaria Executiva) 355 Só mais uma justificativa, então. Justificando Alexsandra Santos Silva. Muito obrigado. Rangel 356 (FEHOSPAR) Obrigado, Mauricio. Terceiro assunto, comissão organizadora da décima segunda 357 Conferência Estadual de Saúde do Paraná. Marcelo (CREF9) Bom dia todos. Na terça-feira então, nós tivemos a nossa quinta reunião da comissão organizadora da décima segunda Conferência 358 359 Estadual de Saúde do Paraná e já temos uma boa notícia para este Conselho, nós conseguimos 360 finalizar a minuta pra resolução do regulamento da décima segunda Conferência. Esse documento 361 será disponibilizado aos senhores e a senhoras para ciência e que vocês possam tomar 362 conhecimento do que foi produzido, esse arquivo que vai ser enviado tem trinta e sete artigos, entre parágrafos e incisos também em cada artigo. Nós pedimos que vocês leiam esse arquivo assim que 363 364 disponibilizado, com bastante cautela, bastante paciência pra que a gente possa dar continuidade na 365 organização da décima segunda Conferência e possamos realizar um evento do tamanho deste Conselho. A proposta que vocês recebam esse documento e a gente já solicita ponto de pauta, 366 presidente, pra apresentação e aprovação desse regulamento na próxima reunião do Conselho, pra 367 368 que a comissão organizadora também possa dar continuidade no trabalho de organização da décima 369 segunda Conferência, assim como possamos disponibilizar esse documento aos municípios pra que 370 organizem as etapas municipais, que são etapas preparatórias para a décima segunda Conferência 371 Estadual. E, quero agradecer a comissão, que teve a reunião na terça-feira durante o dia inteiro, foi 372 uma reunião, acredito que a mais produtiva dentre as nossas cinco reuniões, nós consequimos dar 373 um bom encaminhamento já pra Conferência, previsão era talvez não conseguir terminar na última 374 reunião, mas com a colaboração de todos membros participantes da comissão nós conseguimos dar conta do recado e também facilitou muito porque o Conselho Nacional já definiu as regras básicas 375



377

378

379380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409 410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



pra Conferência Nacional, então com esse documento a gente pôde finalizar a questão de datas, questão de algumas situações que nós dependemos também do Conselho Nacional com relação a alguns prazos que eles determinam. Então isso facilitou bastante o trabalho da comissão na reunião da terça-feira e a gente já deu bom encaminhamento. Nós temos ainda algumas situações que precisam ser resolvidas, que não faz parte exatamente do regulamento da Conferência e aí solicitamos a colaboração dos conselheiros e conselheiras pra ajudar a levantar locais que a gente possa realizar essa Conferência. Então a Conferência está com uma previsão de mil e quinhentas pessoas participando diretamente da Conferência, então nós precisaríamos de um auditório de mil e quinhentos lugares e mais quinze salas pra pelo menos cem pessoas por sala, em média. Então, Curitiba, devido a data ser um período de aulas nós temos dificuldade com relação ao espaço nos colégios, que tem um infraestrutura adequada, nas faculdades nós também temos dificuldade. O Mauricio já fez alguns levantamentos de locais em Curitiba e Região Metropolitana e até agora a gente não conseguiu um local apropriado pra realização da Conferência. Já foi tentado contato com a Universidade Positivo, com a ExpoUnimed e devido às aulas o Positivo não consegue atender a nossa demanda, a ExpoUnimed já tem uma pré reserva pra uma outra empresa pras datas da Conferência, então também não podem fornecer o espaço na nossa previsão de calendário. Foi feito contato com o Expotrade em Pinhais que é um espaço bem amplo, porém eles por política da empresa eles não participam de processo licitatório e empenho, então nós também não temos como realizar Conferência neste local. Foi feito contato com a Universidade da PUC, com as outras universidades também. A FIEP também foi feito um contato, a FIEP também não tem como atender a nossa demanda por questão de logística e espaço deles. Então nós estamos com bastante dificuldade com relação a local devido o tamanho do nosso evento. Alguns lugares com menor espaço como o Canal da Música também foi tentado um contato, porém eles tem espaço de auditório somente pra quatrocentas pessoas, então nós não temos condições de realizar nesse local, que é onde Curitiba está prevendo a Conferência Municipal daqui do município. Então nós não temos ainda local que a gente possa realizar esse evento do Conselho. Então, quem tiver conhecimento de algum local que atenda essas condições de espaço pra mil e quinhentas pessoas de auditório e mais quinze salas com cem pessoas, por favor, informem a Secretaria Executiva do Conselho porque nós precisamos dessas informações o quanto antes porque pra fechar o local é preciso abrir licitação e após licitação, as empresas concorrerem pra serem vencedora da licitação e fornecer o local. Nós estamos tentando outros locais que a comissão trouxe junto à Secretaria Executiva, o Mauricio já oficializou esses locais mas eles precisam de um prazo pra responder porque eles tem que fazer orçamento e repassar pro Conselho, então provavelmente semana que vem a gente tenha resposta de alguns locais, porém pra fazer licitação o Mauricio precisa de pelo menos três orçamentos. Então nós precisamos que mais locais com estrutura que a gente precisa possam ser levantados dados pra que a gente possa fazer esse levantamento. A comissão sugeriu a verificação de mais três locais, provavelmente tenha dificuldades, dois são colégios mas que tem um espaço externo, salas de aula, que é o Colégio Santa Maria que tem um espaço grande, o Colégio Marista Paranaense que eles recentemente inauguraram um núcleo de atividade complementares, então espaço externas às aulas da escola mas provavelmente devido período de maio e dias de semana sejam difícil. Nós fizemos também um levantamento junto à Associação Banestado que é no litoral, se possível eles vão passar um orçamento ainda semana que vem então a gente já vai ter a possibilidade de um local, aparentemente eles tem condições de atender a demanda, eles não tem um auditório mas eles tem um ginásio e no ginásio pode pensar na infraestrutura pra fazer o auditório pra mil e quinhentas pessoas. Então fica esse apontamento dos conselheiros e conselheiras pra que a gente possa levantar outros locais pra realização desse evento. O Conselheiro Amauri também tinha comentado de um local em Paranaguá, ele pode depois passar certinho pro Mauricio pra fazer o orçamento e fica então aos conselheiros a solicitação. Alguém quer se pronunciar? Rita (HU-UEL) Ali no centro, no Shopping Estação, aquele centro de eventos não tá



426 427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461 462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



funcionando? Não tá mais funcionando? É porque lá foi feito uma Conferência, bem boa lá o espaço. Marcelo (CREF9) Pelo que eu sei, no Shopping Estação aquele espaço virou uma área administrativa, eu sei que tem várias empresas já com espaço, Banco do Brasil tem uma central acho que com dois ou três andares naquele espaço e acho que ai outras empresas também locaram aquele espaço e virou um centro administrativo de algumas empresas, então não tem mais espaço pra eventos. Assim como nós não temos mais o Centro de Convenções aqui de Curitiba que era um espaço que talvez pudesse comportar o nosso evento. Mas, pessoal, durante essa semana, quem puder levantar e souber de espaços e puder encaminhar pro Mauricio, a gente agradece. Custodio (Fecampar) Essa Conferência, há possibilidade de ser feita fora da capital? Porque se fosse fora da capital a gente poderia, é claro que vai ter um custo maior de deslocamento do pessoal, mas poderia ver com a Copel lá no Faxinal do Céu, que lá tem condições, mas é fora. Marcelo (CREF9) A comissão discutiu essa possibilidade, seu Custódio, a princípio a Conferência era para acontecer em Curitiba ou Região Metropolitana conforme resolução aprovada por este Conselho, mas a comissão abriu agora esse momento para a região do litoral por uma questão não só de custo mas também de logística, porque tem que pensar que tem a questão de levar todo suporte com impressora, computador, datashow, toda essa logística de material, papel sulfite pra impressão dos relatórios, então a princípio a gente ta procurando locais mais próximos e claro, não encontrando a gente vai ter que expandir pra outros municípios um tanto mais longínguos do que a cidade sede. Então, nós comentamos sobre Foz do Iguaçu, com certeza Foz foi a primeira cidade fora de Curitiba que foi comentada, que Foz com certeza devido aos tamanhos dos hotéis, por serem turísticos, eles tem como comportar esse evento. A questão de Foz. Pessoal, só um minutinho. Pessoal, vamos focar aqui. Nós pensamos em Foz, porém é claro que Foz é a nossa logística mais complexa porque é a cidade mais longe de Curitiba pra; mas a gente vai fazer o quorum, não almoça e não participar dos eventos; não, brincadeira pessoal. Pessoal, então nós expandimos agora então para verificar ali no litoral. Com relação a Faxinal, seu Custodio, a gente também comentou sobre Faxinal num segundo momento, mas a informação é que Faxinal tá fechado pra eventos, não tá recebendo nenhum evento nesse momento, então não dá também pra gente contar com Faxinal. Pessoal, então esse é um dos dilemas que nós estamos enfrentando neste momento, porém não sei se os conselheiros e conselheiras já tiveram acesso à resolução cinco nove quatro do Conselho Nacional de Saúde, de nove de agosto, que trata sobre a Conferência Nacional. Nessa resolução nós temos um problema no artigo trinta e sete que fala dos recursos financeiros pra Conferência Nacional. Como é de praxe e conhecimento de todos e todas, as despesas com hospedagem e translado sempre ficou a cargo do Conselho Nacional e as despesas com viagem sempre ficou a cargo do Conselho Estadual. Nessa resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, eles fizeram uma modificação na sua regra de financiamento da Conferência, o que prejudica muito o processo para os Estados, não só para o Paraná mas pra todos os Estados da Federação que o custeio de despesas para delegados e delegadas que forem eleitos e eleitas na etapa estadual elas terão a sua despesa de deslocamento. hospedagem e translado custeado pelo Estado, pelos Conselhos Estaduais. E isso é algo que prejudica um pouco o nosso processo porque não está previsto no orçamento do Estado essa despesa, nós temos orçado na nossa previsão de despesa a Conferência Estadual e todos os custos para a realização dessa Conferência e as passagens para Brasília para a etapa nacional, porém nós não temos a previsão orçamentária de hospedagem e translado em Brasília. Nós estamos conversando com a gestão da SESA, estamos também questionando ao Conselho Nacional, então já foi elaborado um ofício, a comissão organizadora solicitou à Mesa Diretora que levantasse oficialmente essa informação, a Mesa Diretora ontem já tomou conhecimento dessas informações, já elaborou um ofício que está sendo encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde questionando essa posição, visto que em agosto eles lançaram um documento dizendo que as despesas para dois mil e dezenove serão dos Estados, fica praticamente inviável os Estados conseguirem refazer os orçamentos, muitos Estados talvez já tenham até aprovado na Assembleia o planejamento



475

476

477 478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499500

501 502

503

504

505506

507

508

509

510

511

512

513514

515

516

517

518

519

520

521

522

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



orçamentário para o ano que vem e lembrando também que nós estamos num momento político de eleição. Então, nós temos toda essa dificuldade de trâmite devido ao período eleitoral, que acontece agora em outubro, então Assembleia, Governo do Estado também não podem aprovar nada diferente do que já é o obrigatório, até porque não pode influenciar no processo eleitoral. Então nós estamos junto à Mesa Diretora enquanto comissão organizadora levantando esse posicionamentos pra que de repente o Conselho Nacional possa rever esse posicionamento e fazer o custeio das despesas, a princípio o Paraná terá cento e quarenta vagas para delegados e delegadas mas nós precisamos que o Conselho Nacional possa verificar esse custeio, pelo menos a hospedagem em Brasília que é uma das despesas mais altas, visto que todos sabem, hotel em Brasília já não é barato e, um evento que praticamente mobiliza a cidade porque são cinco mil pessoas participando do evento, os hotéis ficam lotados, eles jogam as taxas lá pra cima a medida que forem feitos reservas e pensando também que Brasília já tem uma grande movimentação nos hotéis devido a questão do Congresso, a gente não sabe se vai ter outros eventos nesse período de julho. Então nós ficamos também à mercê de definir essa situação junto ao Conselho Nacional ou a gente conseguir repensar no planejamento orçamentário do Conselho Estadual e da SESA. Então isso é um ponto que a gente também tá em discussão e nós gostaríamos já de aproveitar o momento também, pra convidar os coordenadores das comissões temáticas deste Conselho pra uma reunião conjunta com a comissão organizadora pro mês de setembro, dia vinte e cinco de setembro, se não me falha a memória a data é essa, na terça-feira, no período da tarde que facilita pra que os coordenadores possam vir na terça de manhã, façam a reunião com a comissão organizadora no período da tarde e aí já ficam pras reuniões de comissões temáticas na quarta e reunião do Pleno na quinta-feira. De imediato então é essas os apontamentos da comissão organizadora. Iremos disponibilizar o documento provavelmente na segunda-feira o Mauricio já consegue encaminhar pra todos vocês essa minuta da resolução do regulamento e aí com aprovação desse regulamento a comissão também já conseque dar encaminhamento pros próximos documentos que são importantes também, como regimento interno da Conferência que tá atrelado ao regulamento, como a questão da programação que também tá atrelado ao regulamento, assim como os demais documentos necessários pra que a gente possa fazer uma excelente Conferência Estadual. Presidente, obrigado pela oportunidade e encerro a minha pauta. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado, Marcelo. Tem alguém que tem alguma dúvida? Algum questionamento? Tranquilo? Alguém da comissão? Então vamos lá dando sequência. Quarto assunto. Alteração e deliberação da reunião da Mesa Diretora da ducentésima quinquagésima oitava reunião ordinária do CES/PR, novembro dois mil e dezoito. Com a palavra o Angelo. Angelo (CONAM) Em função da reunião da Mesa Diretora estar programada pro dia treze de novembro e nós teremos no feriado no dia quinze e consequentemente deve ter um ponto facultativo, então, para os trabalhos da Secretaria Executiva preparar a reunião do mês de novembro, é necessário que façamos uma antecipação do dia da reunião da Mesa Diretora. A programação é pro dia treze de novembro, a sugestão da diretoria executiva é que essa reunião ocorra no dia seis de novembro. Então aqui para conhecimento e deliberação desse Plenário, como a alteração dessa data do dia treze, antecipar para o dia seis a reunião da Mesa Diretora. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado Angelo. Em votação. Por contraste. Os favoráveis à mudança da data. Os contrários. Abstenção. Aprovado. Pessoal, eu ia solicitar. Eu gostaria de solicitar uma mudança na pauta, de ordem da pauta. O nono assunto e o décimo assunto, o Agosto Azul e o Agosto Dourado, então inverter, eles vem pra manhã e o quinto assunto que é apresentação e aprovação do código de ética e conduta do Conselho Estadual de Saúde passa pro final da tarde, depois da apresentação do Ministério Público, tudo bem? Rita, tudo bem? Agradecer, Rita, pela compreensão. Então processo de votação. Os favoráveis à mudança da pauta. Por contraste. Os contrários. Abstenção. Aprovado. Então a Cibelle, primeiro Agosto Dourado e depois o Agosto Azul, tá? Cibelle (SESA) Bom dia senhor presidente, conselheiros, ouvintes. Sou enfermeira obstetra, trabalho na Divisão de Saúde da Criança na Superintendência de Atenção à Saúde. Nós viemos trazer aqui as ações que o



ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Paraná vem agora desenvolvendo no mês de agosto, pra que todos conheçam então o Agosto 523 524 Dourado, o mês aonde se comemora e se promove ações de proteção, apoio e promoção ao aleitamento materno. Cibelle faz a apresentação. (F6) Rubia (SESA) Bom dia. Agradeço a Mesa e 525 aos participantes, conselheiros e ouvintes, essa oportunidade. Sou da Vigilância Sanitária, aqui do 526 527 Centro de Vigilância Sanitária do Estado, aqui da SESA, da Divisão de Vigilância Sanitária. 528 Considerando as ações do Agosto Dourado, nós então, como vigilância, inserimos nessas ações as 529 normas da NBCAL. Rubia faz apresentação. Rangel (FEHOSPAR) Agradecer a Cibelle e Rubia. 530 Agradecer então a apresentação de vocês. Nós vamos colocar em discussão, se alguém tem alguma 531 dúvida, daí nós vamos fazer blocos de quatro, pode ser? Bloco de quatro e daí vocês vão respondendo, tá bom? Então vamos lá. Silvana (Assempa) Bom dia a todos. Cibelle e Rubia, só um 532 533 alerta. Acho que não só pra elas mas pra todos nós, tem um decreto agora de nove de agosto, 534 decreto presidencial, de dois m dezoito que transfere duas secretarias nacionais, Direitos Humanos e 535 Políticas pras Mulheres. Esse decreto ele une Políticas pras Mulheres e Direitos Humanos e Comunidades e Povos Tradicionais numa coisa só, certo? Figuem atentas porque é uma ferramenta 536 537 de fiscalização, conforme ele for, vamos dizer, elaborado, o mecanismo de trabalho dessas três 538 áreas, mas como vai ficar coligado aos direitos humanos, é uma grande ferramenta de fiscalização e apoio ao trabalho de vocês no incentivo à amamentação. Só isso. Jhulie (CRN8) Gostaria de 539 parabenizar a equipe, porque as nutricionistas dos municípios sempre trabalham com suas regionais, 540 541 é um trabalho de formiguinha, todo ano tentando fazer coisas bem importantes. No município de 542 Curitiba junto com a nossa Secretária, Márcia, esse ano a gente sentiu assim, olha vamos trabalhar, vamos voltar a trabalhar aleitamento materno que ficou um pouco esquecido. Então, Curitiba já fez 543 544 várias ações e eu gostaria de pedir pro setor um olhar bem diferenciado em relação, nos hospitais 545 amigos da criança, com os prescritores, médicos prescritores. Provavelmente Curitiba tá se 546 organizando, foi uma demanda das nutricionistas, pra fazer uma reunião com a Cibelle porque nós 547 temos recebido constantemente prescrições de fórmulas infantis na atenção primária e pra fazer uma 548 prescrição de fórmula infantil de um hospital amigo da criança tem que vir com uma justificativa 549 técnica do porque esse bebê precisa, porque a gente pactua tanto e chega lá na unidade de saúde e 550 recebe fórmula. Então a gente gueria esse olhar de vocês, Curitiba vai estar futuramente pontuando 551 isso, mas se vocês já puderem junto com os comitês dos hospitais estar trabalhando a situação com 552 os médicos prescritores, até porque tem muito residente, muda o médico, mas uma vez ele 553 certificado amigo da criança ele tem que ter um olhar mais diferenciado. E parabéns meninas. Hermes (HU-UEM) O Hospital de Maringá foi um dos primeiros a serem certificados como iniciativa 554 555 amigo da criança, tem um banco de leite que também começou naquele início. E, a questão do agosto dourado, a questão do aleitamento, o que ela acabou de falar é interessantíssimo porque 556 meu filho nasceu a vinte anos, quando estávamos funcionando já como hospital amigo da criança eu 557 558 lembro que praticamente os pediatras que estavam dentro do Hospital Universitário naquele 559 momento não questionavam, a não, a princípio seis meses é só o leite materno, a princípio vai, 560 começou a se fugir de antibióticos e eu não sei se nós perdemos alguma coisa nesse tempo, nessa 561 formação, na indústria que entrou até de forma meio, vamos usar um termo, até meio desonesta, desculpa, em cima de profissionais da saúde retornando aquele grande trabalho. O que ela ta 562 563 falando, hoje, nós temos um hospital com iniciativa amigo da criança com problema de prescrição, só 564 confirmando acho que exatamente como isso custa dentro do hospital pra manter um centro desse, 565 exames que são realizados no exame, veículo pra disponibilizar espaços de coletas e o próprio 566 treinamento a esses acadêmicos, alunos de medicina que estão lá dentro. E eu acho que é um 567 centro bem interessante pra trabalhar e parabéns por vocês terem citado a enfermeira Beatriz, porque ela na realidade ela lutou por esse processo durante mais de vinte anos. Rosalina 568 (Assempa) Também quero dar os parabéns, vocês trazer esse tema. Um pouco eu fui contemplada 569 570 na fala do Hermes, nessa questão do hospital. Em noventa e seis nós tivemos em Londrina uma grande mortalidade materno-infantil e a gente focou essa questão do aleitamento materno em uma 571



574

575576

577

578

579

580

581 582

583

584

585

586

587

588

589 590

591

592

593

594

595

596

597598

599

600 601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611 612

613

614

615

616

617

618

619

620

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



parceria com o HU que foi, naquela época a gente não tinha comunidade de saúde formadora das lideranças comunitárias pra fazer essa mobilização com as mulheres em relação ao uso da mamadeira e teve um envolvimento muito forte da unidade básica de saúde e foi dali que nasceu a puericultura, a adotação da criança, da ação da associação da mulheres batalhadoras de Londrina. Vejo que nós as entidades de mulher que tá aqui no Conselho, todos os conselheiros, mas a gente, aí aquela época a gente trabalhou muito essa questão da propaganda do leite Ninho e a mamadeira, a mãe já saía da maternidade com a sacola, já com tudo completo. Isso dentro das campanhas, isso foi vencido mas hoje eu já vejo uma propaganda muito grande de novo do leite pras mães e a outra situação também que nós tem que talvez, a gente precisa trabalhar uma campanha, é o favorecimento do local de trabalho pra cumprir aquela lei que algumas empresas não fornece esse lugar desse horário pra que a mãe possa amamentar. Então assim, parabéns e a gente tem que envolver nessa campanha e nessa discussão porque um dos melhores itens da redução da mortalidade materno-infantil é o aleitamento materno, mas parabéns. Cibelle (SESA) A gente agradece todas as contribuições. Silvana, todas essas estratégias em capacitações nós sempre envolvemos profissionais da saúde indígena, das comunidades vulneráveis, então sempre articulando e trabalhando pra ter um olhar a todas as mulheres do Paraná. Obrigada pela informação dessa portaria, decreto. Então, realmente nós temos essa grande dificuldade que ainda é o poder da prescrição médica e da fala do profissional médico junto às mães ele é muito forte, então nós temos trabalhado pro fortalecimento dos demais (F7) participantes da equipe de saúde na promoção do aleitamento. Então em sendo hospital amigo da criança, internamente o hospital deve ter um protocolo e cumprir os critérios da NBCAL que a Rubia apresentou, então nas avaliações isso é avaliado em entrevistas com as mulheres que estão internadas e seus acompanhantes. Como é uma avaliação a cada três anos, presencialmente, sai um relatório, enfim, números e porcentagens, o hospital pode ou não passar nesse passo, infelizmente no Paraná a maioria dos hospitais não está passando, realmente porque os bebês estão recebendo fórmulas ainda internados, então a gente vem intensificando esse trabalho junto às comissões internas dos hospitais, com as regionais de saúde, com os profissionais dos municípios pra que essa rede se articule e proteja essa criança porque o aleitamento materno é um direito da criança e está no estatuto da criança, antes de todas as ações o ECA está acima de tudo isso então a gente vem trabalhando em conjunto pra que os hospitais mantenham os seus títulos e mais ainda, mantenham sua boa assistência e sua promoção ao aleitamento. O Ministério da Saúde fez a última pesquisa nacional do aleitamento materno em dois mil e oito dois mil e nove, em comparação com o início da política do aleitamento materno lá na década de sessenta, setenta, nós tínhamos uma prevalência de treze por cento de aleitamento materno no Brasil e na última pesquisa subiu para quarenta e seis por cento. Então é um trabalho de formiquinha, durante quarenta, cinquenta anos, quarenta anos a gente conseguir evoluir, dobrar, triplicar isso e mais ações vem sendo realizadas com as organizações também não governamentais, rede IBSAN, a própria rede mulheres, pra que a gente consiga aumentar ainda mais essas taxas de aleitamento no Paraná. Específico, não. Na pesquisa era Curitiba que participou, então eram as vinte e sete capitais e alguns municípios que se apresentaram como voluntários, então é uma pesquisa nacional feita com as capitais, vinte e sete capitais, daí Curitiba estava contemplada. O Hermes, HU de Maringá. Então, a gente também faz um trabalho, além de ser um hospital amigo da criança como você falou, uma parceria bem forte com as coordenadores de banco de leite, com a Comissão Estadual de Banco de Leite. Os bancos de leite são grandes parceiros nessa capacitação, no curso de manejo do aleitamento materno para os profissionais, então gente vem lutando que os hospitais continuem realizando essas capacitações, que chame a atenção primária pra dentro do hospital porque quem maneja o aleitamento e tem a prática possa ensinar e replicar isso pra atenção primária no Estado e que todos conversem e falem a mesma língua, então nada melhor que protocolos. Então a gente precisa seguir protocolos, então não dá pra cada profissional fazer como ele quer e como ele aprendeu, assim como Hermes comentou, o que se perdeu ao longo desses



623

624 625

626 627

628

629

630

631

632

633

634

635 636

637

638 639

640

641642

643

644

645

646

647

648

649 650

651

652653

654

655 656

657658

659

660

661 662

663 664

665

666

667668

669

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



anos? Então a gente trabalha com hospitais universitários, o HU de Londrina trabalha com a equipe de enfermagem muito bem as políticas de aleitamento, mas ainda assim a gente tem dificuldade de participação da equipe médica e os hospitais não estão passando, como eu relatei já nesse espaço, eles tem um prazo para serem reavaliados e essas capacitações devem acontecer com todas as comprovações da participação da equipe médica, residentes, enfim. É como eu falei, da participação da rede de mulheres, da comunidade nessa promoção do aleitamento é muito importante, hoje temos grupos em redes sociais, então as mulheres se ajudam, se apóiam no processo do puerpério e da amamentação e como ela citou, a gente trabalha o processo do retorno ao trabalho dessas mulheres, as salas de apoio à mulher trabalhadora elas não estão vinculadas ao processo legal do Ministério do Trabalho onde a mulher tem direito a dois intervalos de trinta minutos pra retirada desse leite quando ela retorna ao trabalho após os quatro meses de licença, algumas empresas já estão dando seis meses e mesmo assim estão implantando essas salas, porque pra mulher manter a produção de leite ela precisa retirar o leite dessa mama pra manter a produção, pra aliviar a dor porque é um desconforto, pra levar esse leite pra casa pra esse bebê, então a gente vem trabalhando pra que as empresas se sensibilizem e deixem um espaço reservado com privacidade e segurança pro transporte desse leite materno. Rangel (FEHOSPAR) Tem mais a Elvira. Então vou encerrar as inscrições pra gente dar andamento. Maria Elvira (Assempa) De Foz do Iguaçu, eu faço parte lá da Mulher Comunidade, trabalhamos com mulheres da periferia, aonde nós sempre estamos incentivando o uso do leite materno e eu me lembro que a anos atrás, a anos como você falou, a quarenta anos atrás, isso acontecia mas está bem melhor agora. Parabenizo vocês, que estão à frente desse programa e fiquei feliz que Foz do Iguaçu, nona regional, mandou uma foto, nós trabalhamos muito e eu faço parte no conselho municipal da qualidade de atenção e nós visitamos hospitais, principalmente Hospital Costa Cavalcanti que é de referência lá onde a mãezinhas ganham lá, por mês, eu figuei assustada guando figuei sabendo, trezentas crianças ao mês, duzentos e oitenta a trezentos por mês, isso é coisa de louco e nós fizemos uma visita lá, de vez em quando a gente tá indo lá, conversando com as mãezinhas. Parabéns mesmo. Muito feliz. Cibelle (SESA) Nós é que agradecemos a oportunidade dessa apresentação, pra que se amplie mesmo o olhar, se retorne o olhar da organização da sociedade civil junto com os profissionais pra que a gente trabalhe em prol dessas mães, desses bebês. Obrigada. Rangel (FEHOSPAR) Cibelle, Rubia, muito obrigado. Sempre um prazer ter informações, ainda mais de um tema muito importante. Bom, próximo assunto é o Agosto Azul. Carolina (SESA) Bom dia a todos e a todas. Agradeço a presença. Então estou aqui pra gente falar um pouquinho do Agosto Azul e os dados de morbimortalidade relacionados à saúde do homem, que também foi solicitado, depois o João acredito que vai fazer uma fala sobre as vacinas, calendário de vacinação do homem. Então me apresentando, sou enfermeira obstetra de formação, a dois meses estou como chefe de Divisão de Saúde do Homem, vocês bem conhecem o Rubens que esteve nessa caminhada desde dois mil e oito, nessas seis edicões que já existiram do Agosto Azul, trabalha junto comigo também a Denice que tá aqui e que é enfermeira também, técnica da divisão, nós estamos hoje no Departamento de Atenção Primária à Saúde da Superintendência de Atenção à Saúde. Eu quero agradecer também a todas outras equipes da Secretaria, dos outros departamentos, pessoal da vigilância; muitos dos dados que eu vou apresentar aqui foram produzidos por eles pra apoio às ações do Agosto Azul, atenção integral à saúde do homem e todo trabalho conjunto que a gente realiza aqui na Secretaria que vocês vão poder ver. Carolina faz apresentação. (F8) João Crivellaro (SESA) Bom dia. Diretor do Centro de Epidemiologia do Paraná. Vou falar um pouquinho pra vocês sobre a questão da vacinação do homem. João faz apresentação. Rangel (FEHOSPAR) Agradecer a Carolina e o João pela apresentação. Pessoal, pelo adiantar da hora eu vou abrir pra duas inscrições, tudo bem? Então vamos lá. Então eu só preciso que seje breve, tudo bem? Rita (HU-UEL) Só pedir pro João salientar o intervalo que tem que fazer entre a dose da vacina e a visita da área endêmica, que isso é importante e as pessoas não sabem, entendeu? Porque às vezes as pessoas querem vacinar hoje e



672

673 674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688 689

690 691

692 693

694

695 696

697

698 699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



viajar amanhã e isso não pode. Luiz Fernando (Acispar) A vacina de difteria e tétano, a prerrogativa continua ainda de dez em dez anos? Porque a minha filha está grávida e foi tomar a vacina de tétano e difteria na unidade básica de Curitiba e a enfermeira orientou que ela já tinha tomado a mais de dez anos e que não precisaria tomar mais. Edvaldo (CONAM) Só saber se esse material já chegou lá no norte do Paraná ou por enquanto é só aqui. Na regional. Custodio (Fecampar) Só sobre o tamanho da cartilha, que tá sendo confeccionada, ela poderia ser um pouco menor, tipo daquela do idoso, um tamanho menor, que ali consta todos os dados, a doença que a pessoa tem. Porque se o idoso tiver numa fila de banco e passar mal, alguém que vai socorrer, ele pega aquela carteirinha ele já sabe o problema que ele tem e fica muito mais fácil atendimento e salva vida mais rápido. Só isso aí. Rangel (FEHOSPAR) Então agradecer. As inscrições estão encerradas. João Crivellaro (SESA) Pessoal, na realidade bem lembrado Rita. A vacina, qualquer tipo de vacina existe lá um período que a gente chama que ela vai conferir a imunidade, em algumas vacinas varia muito a questão do tempo, no caso vamos supor da febre amarela é dez dias. Então se você vai viajar não adianta tomar a vacina hoje e querer viajar amanhã, então daqui dez dias você vai estar protegido em relação a isso. Na questão, vamos supor do tétano, da mesma forma, adianta nada a gente ter o acidente com o material e depois querer tomar a vacina, então tem que tomar antes e se eu estiver com o esquema completo sem problema nenhum, se for ferimento grave, se estiver dentro dos cinco anos não há necessidade nenhuma, se passou cinco anos e um dia da minha última dose a gente faz uma dose porque a exposição é grande o risco de ter questão do tétano. Em relação a questão de vacina pra gestante, então como que funciona; mudou também um pouquinho a questão do esquema. Se eu tenho o esquema completinho, mesmo assim, toda e qualquer gestação eu tomo uma outra vacina que é diferente, que a gente chama DTpA celular, que é o "D" de difteria, "T" do tétano, o "p" que é minúsculo que a gente chama pertuci que é a coqueluche e mais o "A" que é uma vacina diferenciada que não dá evento adverso pós vacinação. Que lembram lá, quem tem criança, quando a gente toma vacina da pentavalente que é dois, quatro, seis meses, mais uma doze de reforço aos quinze meses, mais uma dose reforço aos quatro anos de idade, a perninha da criança fica dura e tem uma temperatura elevada que a mãe fica desesperada, não é isso? Lembram lá? Então, essa vacina, ela tem um componente que é o pertuci que é a coqueluche que ela tem um evento muito adverso bem acentuado e a gente usa uma estratégia agora que é o acelular, porque muitas crianças quando nascem, em dez dias, cinco dias, até dois meses de idade adquirem a coqueluche dentro do próprio servico hospitalar, ou é UTI ou é na questão do parto ou na questão da cesárea por nós adultos ou profissionais da saúde que temos a doença, às vezes a gente não caracteriza a manifestação clínica mas a gente tá transmitindo a doença. Então o que tem nessa política? Todo e qualquer profissional que trabalha em área de saúde, na sala de parto, na questão de UTI neonatal ou mesmo UTI infantil são obrigados a tomarem a vacina DTpA celular, tá certo? Para os profissionais é de cinco em cinco anos, para as gestantes, não é o caso eu, mas vamos supor lá se eu tivesse grávida hoje toma a vacina, no ano que vem engravidei de novo, não dá nem quarentena, dentro da quarentena já engravidou de novo aí na vigésima semana até a trigésima sétima semana de gestação a gente faz de novo a DTpA celular. Então é importante que a gente faça essa vacina na gestante na vigésima semana até a trigésima sexta ou no máximo trigésima sétima semana pra proteger não só a mãe mas principalmente no risco de estar transmitindo a coqueluche para a criança, que quem transmite a coqueluche hoje são os adultos que a imunidade diminui bastante. Carolina (SESA) Então, o Edvaldo perguntou do material. Já foi distribuído pra todo Paraná e nós ainda temos mais material, então quem quiser pode levar. E, também o seu Custodio falou do tamanho da carteira. Então nós temos algumas questões relacionadas à comunicação, assessoria de comunicação da SESA, alguns padrões, mas eu posso sugerir isso, assim como a gente já sugeriu colocar de alguma forma na logo do Mãe Paranaense a figura paterna também pra fortalecer isso, é uma coisa que a gente tem colocado mas a gente respeita que tem toda uma construção aí da comunicação, da assessoria de comunicação, que



721

722 723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750751

752

753

754

755

756

757

758759

760

761

762

763

764

765

766

767

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



muitas vezes a gente não consegue mudar, mas são sugestões que são bem vindas e nós vamos repassar. A Denice está com os materiais lá. Rangel (FEHOSPAR) Eu já vi que foi distribuído, já vi alguns conselheiros com mais materiais. Só uma pergunta, pergunta do Santo até, as vacinas estão em todos os municípios? Carolina (SESA) Quanto a disponibilidade das vacinas nós não temos nenhuma situação de falta, né? Existe falta de alguma das vacinas do calendário que você trouxe? João Crivellaro (SESA) Na realidade, nós tivemos desabastecimento de algumas vacinas a algum tempo atrás. O que está acontecendo, pessoal? Hoje nós não temos mais desabastecimento, mas a quantidade de imunobiológicos que a gente tá recebendo pro parte do Ministério é uma quantidade menor, mas isso não significa que não tem dinheiro porque muita gente fala, ah cortaram o orçamento da saúde, na imunização não foi cortado nem um tostão, o que existe é dificuldade dos próprios laboratórios produtores dos imunobiológicos entregar quantidade que é necessária pra que a gente possa ter no esquema vacinal. Porém pessoal, tem algumas vacinas que a gente tá recomendando fazer o agendamento delas, entre elas, por exemplo o BCG porque a BCG tem um frasco que vem dez doses e se tem dez doses, não nasce criança todo dia e nós temos duas mil e duzentas salas de vacina hoje no Estado do Paraná, então se for pra eu poder distribuir um frasco de cada dose para cada dia, eu vou ter que ter uma infinidade de vacina, uma quantidade absurda. Então o que a gente orienta? Que cada município divulgue através do conselho local, isso nós falamos na nossa reunião, né Janine, que tá agui coordenadora, falamos em todas reuniões, desde dois mil e quatorze na realidade que a gente vem falando. Então divulgue no conselho, coloque na unidade de saúde quais são os dias que tem vacina e se no meu município é um município um pouco maior, o que que a gente recomenda? Coloca em determinadas localidades, dentro daquele território, aonde segunda, quarta e sexta-feira tem a vacina em tal unidade e terça e quinta tá em outra unidade pra poder otimizar porque senão pessoal, não tem vacina. E pode lembrar que o Estado do Paraná foi o Estado que menos saiu na mídia por falta de vacina, então a gente tem otimizado, a gente tem feito das tripas coração pra poder fazer com que todos os trezentos e noventa e nove municípios do Estado do Paraná tenham a vacina e não falte ali. Então isso é graças ao trabalho de cada secretaria municipal, de cada coordenador municipal e das regionais também. Então, não está faltando, nós temos sim algumas dificuldades, entre elas, a pólio, a BCG e apropria tríplice viral que saiu no fake que todas as pessoas de qual quer faixa etária iria ter campanha de vacinação para a população adulta de sarampo, não, é somente para crianças de doze meses de idade até quatro anos onze meses e vinte e nove dias, tá bom, Rangel (FEHOSPAR) Tá ok. Bom. João, muito obrigado. Carolina, muito obrigado. Pela apresentação, tema realmente muito importante e dizer que os homens se cuidem porque nós somos muito irresponsáveis com nós e nossa família. Pedir pro Mauricio que todas apresentações, desde a primeira, dos assuntos, encaminhar para os conselheiros. A van já está esperando e voltamos à uma e meia. Certo? Obrigado e bom almoço a todos. (F9) Rangel (FEHOSPAR) Boa tarde a todos e a todas. Vamos retomar nossos trabalhos no período da tarde. Mauricio, por favor. Mauricio (Secretaria Executiva) Boa tarde, conselheiros e conselheiras, por favor ergam seus crachás para contagem de quorum. Vinte e um, quorum adequado. Rangel (FEHOSPAR) Vinte e um presentes, quorum adequado. Mauricio (Secretaria Executiva) Só, por favor, efetuando mais três justificativas. Então justificando aí no período da tarde, Luiz Fernando Zanon de Almeida, Elisabete Matheus Vieira da Silva e Nathália da Silveira Derengowski. Muito obrigado. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado, Mauricio. Bom, dando início então aos nossos trabalhos, os assuntos a seguir, Ministério Público do Paraná que vai apresentar três programas que é o SUSCOM+, o Pró-Conselho e Trezentos e Noventa e Nove Ouvidorias. Agradecer a presença do doutor Marco Antonio Teixeira, procurador de justiça do Ministério Público do Paraná, e a doutora Caroline Chiamulera, promotora de justiça do Ministério Público do Paraná. Sejam bem vindos à nossa casa e sempre é uma honra tê-los aqui; o Carlos que sempre está com a gente, raramente ele falha, é um dos mais presentes. E, sempre a nossa casa está à disposição, doutor Marco Antonio e doutora Caroline. Agradecer ontem pela reunião, de ideia do doutor Marco



769

770

771772

773

774

775

776

777778

779

780

781

782

783

784

785 786

787

788 789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802 803

804

805 806

807

808

809 810

811

812

813

814

815

816

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Antonio pra gente fazer um consenso em alguns entraves que a gente tava tendo aí pras atividades do Conselho, acabava atrapalhando um pouquinho os nossos trabalhos e com isso o controle social ficava prejudicado e a população e eu acho que foi de muita valia, acho que atingiu no meu entender a totalidade que a gente precisava, então depois terminado a ata vai passar pra vocês e pra gente balizar. Vou deixar já. Por favor, podem tomar os lugares. Marco Antonio (MPPR) Nós temos estado presente aqui em todas as reuniões do Conselho Estadual de Saúde e também do Conselho Municipal de Curitiba, mas pra falar da nossa casa aqui, a casa do Conselho é a casa do povo, então me permita usar a expressão nossa casa e porque assim que devemos todos cidadãos nos sentir em relação a saúde e ao conselho que representa todos nós. E, como eu disse, agradecer a presidência, à Mesa e aos senhores e as senhoras por nos terem cedido esse breve espaço para darmos notícias a vocês, uma certa forma de prestação de contas de que o Ministério Público pra além das atividades envolvidas com o Conselho Estadual tem desenvolvido outras atividades que nós julgamos que tem tido impacto, tem tido importância pro controle social principalmente junto aos municípios, portanto eu to falando dos conselhos municipais de saúde com os quais naturalmente o Conselho Estadual tem vínculo, tem obrigações e tem naturalmente, um poder de orientação em relação a isso. Bem, o que que nós vamos fazer? Muito brevemente pra possibilitar por alguns minutos possamos estabelecer um debate, perguntar, questionar, etc. Eu vou dizer pra vocês quatro pontos, o presidente falou aqui em três, é um quarto que vai começar por ele pra vocês entenderem. Nós desenvolvemos no Centro de Apoio da Saúde do Ministério Público do Paraná alguns programas, esses programas aqui tem vários programas que estão em andamento, isso fora os processos que a gente tem que ler, as pessoas que a gente ouve e todas as questões outras. Mas são programas do Ministério Público. Então, nós temos o três nove nove ouvidorias, aproveito pra cumprimentar e agradecer a presença do nosso ouvidor, tem sido fundamental na nossa luta de implantar uma ouvidoria por cada município, a colega Caroline Chiamulera já fala na sequência. E depois, nós vamos falar do SUSCOM aí eu falo porque é um programa importante que vocês já vão entender como que ele funciona e depois o Pró-Conselho que é um programa do Ministério Público voltado pra conselhos municipais, são esses três programas e a gente diz duas palavrinhas depois temos absolutamente interessados em debater se os companheiros aqui de conversa assim entender. Bem. vamos entrar nisso aqui, essa Ficha Sanitária tá na página do MP, vocês podem entrar lá, consultar a qualquer momento, os dados são atualizados a cada seis meses, portanto são bem recentes. Essa Ficha foi montada, foi pensada pra orientar, informar promotores e conselheiros com relação aos dados do município. O conselheiro hoje de cada município e vocês também poderão fazer isso com relação ao Estado, mas o nosso foco é o conselheiro municipal, que é o mais desamparado, é o mais distante, é o mais esquecido e muitas vezes é o menos respeitado nessa cadeia de poderes que existe no SUS. Então vamos dar um exemplo ao invés de ficarmos lendo o que é a Ficha, vou mostrar o que ela é dispensa as questões conceituais. É apresentada a Ficha de Situação Sanitária dos Municípios (FIS). Marco Antonio também faz apresentação do programa SUSCOM+. (F10) Caroline Chiamulera (MPPR) Boa tarde a todos. É uma honra, um prazer participar dessa reunião com vocês. A minha fala vai ser mais simples, mais reduzida. Então além dos programas que o doutor Marco já apresentou aqui pra vocês, nós temos, eu vou falar sobre mais dois programas que nós temos lá, então são quatro programas, um deles é o Pró-Conselho, podemos começar pelo Pró-Conselho. É feita apresentação sobre o programa Pró-Conselho. (F11) Caroline Chiamulera faz apresentação do programa Trezentos e Noventa e Nove Ouvidorias. Rangel (FEHOSPAR) Bom, vou abrir agora a palavra aos conselheiros que quiserem tirar dúvidas, fazer alguma observação para o doutor Marco Antonio e pra doutora Caroline. Nós vamos fazer a dinâmica o seguinte, doutor e doutora, nós vamos abrir blocos de quatro, pode ser? Quatro acho que fica um tamanho bom e daí depois do bloco vocês respondem, fazem o apontamento de vocês, tudo bem? Então, tá aberta inscrição. Joarez (FAMOPAR) Eu figuei muito triste, mais ou menos a uns dois anos atrás, a doutora Caroline Chiamulera fazia parte da nossa Promotoria Pública de



819

820 821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834 835

836

837

838

839

840

841

842843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856857

858

859

860

861

862

863864

865

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



Guarapuava, ela foi muito atuante em nosso conselho e aconselhou muito, foi a algumas reuniões e digo assim, nós nos sentíamos um filho abandonado, mas hoje vimos que a coisas boas tem que ser compartilhadas, hoje está atendendo o CAOP, tá melhorando, a gente tá vendo que tá tendo suporte maior pros conselhos. Hoje nós temos um promotor novo em Guarapuava que tá ajudando nós dentro do possível e todas apresentações que teve ali nosso município tá sofrendo muito com isso, que os centros de apoio, os CAPS, contratação de médicos, várias coisas de boa junto com a doutora, então eu só tenho mais a agradecer e dizer que isso é um suporte pra nós. Hoje também quero falar pra doutora que eu assumi o conselho municipal a dois meses, trocamos o Secretário de Saúde de Guarapuava foi mudado, nós temos uma interação maior junto e eu acho assim que só tenho a pedir a contribuição do Ministério Público que muitas vezes nós, conselheiros municipais, não somos ouvidos pelos gestores, nós temos muitas vezes, acho que uma pedra no sapato deles, mas nós queremos ajudar eles. Muitas vezes os conselheiros municipais estão ali pra ajudar. Então só tenho a agradecer e dizer assim, que nós temos uma boa companhia, uma pessoa que ajudou muito nós no conselho, abriu nossos olhos, então eu acho mais agradecer e ver que às vezes a gente perde mas nós ganhamos com uma pessoa no Paraná inteiro pra ajudar nós. É mais um agradecimento para doutora Caroline Chiamulera. Angelo (CONAM) A minha fala é mais em agradecimento e parabenizar o Ministério Público, na pessoa do doutor Antonio e doutora Carolina pela iniciativa desses projetos, que eu achei de suma importância para que todos os conselheiros tenham a possibilidade de ter o conhecimento e tenha as ferramentas na mão para poder trabalhar. Isso é de suma importância pra todos nós e fiquei gratificante em saber da existência desses programas. Parabéns pra vocês. Livaldo (MOPS) A gente também, em nome do Movimento Popular, temos a agradecer a importância desse elo de ligação com o Ministério Público com o setor público da saúde, até porque, assim, a população ficou mais bem respeitada nessa situação porque doutor de repente eu to lá esperando uma consulta e não consegui, e a gente volta, liga, tudo bem, essa ouvidoria você não consegue falar pelo celular tem que ser de um telefone fixo ou um público, é uma dificuldade que esses dias duas pessoas lá no centro de saúde lá do bairro que eu moro reclamaram, é a gente fiquei lá uma hora e meia a doutora conversando lá com o pessoal funcionários e não me atendeu acabei vindo embora, mas aí liquei na ouvidoria eles do celular não consegui falar. Então mas é um canal que a partir do momento que a população começa a ficar esclarecida, eles vão tomando conhecimento disso e eu acho que assim, maravilhoso os municípios que vocês apresentaram, trezentos e noventa e nove municípios faltando aí trinta e um para completar o serviço. Parabéns mesmo, pelo trabalho de vocês e, a junção com a gente, com o Conselho Estadual, que vocês estão aí presente com a gente direto. Rosalina (Assempa) Sem dúvida nenhuma, um momento muito importante esse trabalho do Ministério Público no controle social relação do momento que a gente tá vivendo, tem conferência e a gente vê o grande desconhecimento mesmo das pessoas chegar e reivindicar seus direitos, isso é muito importante. Uma que eu queria que esses dados quando for pros municípios passar aqui pro Conselho Estadual. pra que a gente que tá lá, no Conselho Estadual tem em toda região, a gente poder participar junto porque isso é muito importante o quanto eu participei lá de duas ações lá, uma em Jataizinho, uma em Sertanópolis, eu e o seu Angelo, foi muito bom e eu acho assim, o Conselho Estadual sem dúvida nenhuma tem que abraçar essa ideia e estar apoiando, divulgando isso ao máximo. Em relação a ouvidoria, nós também temos um avanço quando a ouvidoria foi pra dentro da Comissão de Comunicação e Educação Permanente que a gente também trouxe a proposta de ser uma fala onde o acesso fosse melhor e a gente, acho que é isso também, é uma grande ferramenta mesmo pro fortalecimento do controle social. Marco Antonio (MPPR) Agradecer as menções que foram feitas, particularmente feitas à minha colega, doutora Caroline, as quais eu me associo, o fato foi uma perda pra Guarapuava mas foi um ganho pra nós. Alguém perde, alguém ganha. Mas enfim, ela sempre esteve atenta ainda às questões de Guarapuava, ela ainda traz Guarapuava no coração. Bem, com relação as demais questões e as menções minhas de agradecimento e minha colega



868

869 870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883 884

885

886 887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909 910

911

912

913

914

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA





também, sobre as referências elogiosas. Com relação a fala da dona Rosalina, a questão do acesso de dados, eu quero dizer pra vocês que esses dados, nós temos questões aqui de outros programas, a gente trouxe aqueles que tinham a ver mais diretamente com o controle social, mas tudo pode ser de interesse do controle social. Como é que vocês chegam nesses dados? Simples, MPPR no Google, vai entrar na página do MP, lá você procura saúde pública e já vai cair nessa página, aí seleciona FIS, Pró-Conselho, enfim, o acesso muito simples. E, eu to dizendo isso porque a gente também precisa divulgar isso pros demais municípios, a gente tem que falar como COSEMS pra que isso tenha maior, não adianta ficar só pros promotores e a gente pensou nos conselheiros também, o COSEMS vai ter que nos ajudar a fazer isso e o Próprio Conselho Estadual com a influência que tem, com o papel de orientação que muitas vezes tem, pros conselhos municipais de saúde divulgar essa ferramenta. A outra coisa que me ocorre, é de que nós, dona Rosalina, possamos se organizar mais pra isso e eu me lembro que o Conselho Estadual é um grande patrocinador, um grande executor da nossa Conferência Estadual de Saúde, dizer antes das municipais, avisar os munícipes, os cidadãos que olha vão pra conferência mas dêem uma olhadinha nessa página antes pra vocês se informarem, então vocês chegam lá só com as queixas que vocês tem de algum conhecido ou com interesses mais ligados ao segmento, mas o conselheiro quando está numa posição como a de vocês e até dentro do município o raciocínio é o mesmo, ele claro que vai procurar divulgar, com toda ética possível um pouco as ideias do segmento que ele provém, mas acima disso ele é conselheiro de todos. É nessa perspectiva, a gente talvez possa imaginar a divulgação da página pra consulta das pessoas, você vai pra uma conferência de saúde qual é a informação que você tem do município? Você pode se informar aqui. Não é obrigado? Não. Mas a informação tá lá, então eu acho que um dado importante e só pra dizer uma última palavra com relação a referência que a senhora fez, a questão da ouvidoria. Eu acho que um terceiro passo, muito ambicioso, o primeiro é ter trezentos e noventa e nove ouvidorias e eu quero voltar a destacar novamente a importância, a participação no valor do nosso ouvidor nessa empresa que não é apenas o Ministério Público, é uma empresa todos nós e a ouvidoria tem sido protagonista também nesse trabalho de convencimento dos gestores municipais. Mas enfim, primeira parte é ter trezentos e noventa e nove, segunda parte do projeto que é que o trezentos e noventa e nove funcione de forma adequada e talvez um terceiro momento esperarmos que nos conselhos municipais haja um assento pro ouvidor, ele ouve as pessoas e traz as informações, ele pode ter o debate com a qualificação de quem atende o usuário, ouve o usuário. Portanto pensarmos nisso, implica naturalmente em mexer em legislação municipal. isso é uma coisa mais na frente, primeiro nós temos que dar o crédito que as ouvidorias merecem, que elas existam e funcionem bem, a partir daí tá feito o caminho pra eventualmente elas colaborarem com os conselhos. Amauri (ANEPS) Nosso sentimento de gratidão nesse momento do desfinanciamento do SUS no Brasil, aonde aponta esses fatores não positivos para o controle social. E, a gente observando essa belíssima contribuição dos senhores e véspera de uma conferência estadual e nacional no ano que vem, dois mil e dezenove, naturalmente precisamos nos sentar mais de perto e traçar umas estratégias pra que o controle social mantenha a qualidade de vida no Estado do Paraná nessa questão de saúde. E, não poderia deixar de não agradecer pela presença de ambos agui e estar brigando pelo nosso Paraná, é algo assim que a gente faz de maneira meio que singular mas meio solitária, então nessas horas a gente precisa reagrupar mais. A minha fala é mais nesse sentido, se aproximar mais, ambos, tanto conselho quanto promotoria e com certeza ouvidoria presente por conta do que tá sendo já posto no controle social a nível de Brasil. O Paraná já vem pedindo desde já com toda a liberdade nesse Pleno, nessa Mesa, que fique por perto de nós porque tem muito chão pra nós vencermos, as questões inclusive envolvendo dinheiro a questões envolvendo inclusive processos que não vão permitir que a nossa delegação estejam lá. Então a gente já vem fazendo essa fala antecipadamente e gratidão. Muito obrigado. Yohhan (Ouvidoria/SESA) Primeiro eu quero agradecer a parceria que temos com o Ministério Público, também com o Conselho; certamente nós não teríamos alcançado esses trezentos e sessenta e oito



916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961 962

963

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



municípios sem a parceria com vocês. Eu acho que o serviço público ele cresce em conjunto, ninguém consegue crescer sozinho no serviço público e tem sido fundamental essa parceria pra esse crescimento da ouvidoria. Conversei com doutor Marco Antonio Teixeira, a partir de setembro eu visitarei esses municípios a pedido do Secretário Nardi pra que a gente consiga então implantar essas últimas ouvidorias, mas o meu pedido além de agradecer, lógico, foi por causa da fala do Livaldo e aí eu já queria colocar também pra todos os colegas aqui presentes, a ouvidoria da SESA conta com o zero oitocentos pra celulares já faz mais de um ano. Então assim, se por acaso algum cidadão ligar pro zero oitocentos da ouvidoria de um celular e não conseguir falar, por gentileza, nos comunique porque eu preciso verificar o que tá ocorrendo. E, gostaria de aproveitar que nós estamos no mês de agosto e (F12) no fim do mês nós finalizamos o segundo quadrimestre e a partir de setembro nós temos que apresentar o relatório do segundo quadrimestre, isso vem também na deliberação zero quarenta e dois, queria pedir ajuda dos conselheiros pra que lá nos municípios fossem cobrados dos ouvidores municipais, porque quando nós pegamos a nossa planilha demonstrando os quatro critérios da deliberação zero quarenta e dois, o que mais prejudica essa tabela é a falta de relatório dos ouvidores municipais. E, aí eu fiz um levantamento com os ouvidores municipais do porquê que não realizavam esse relatório e aí nós temos várias "desculpas", desde falta de tempo até falta de um modelo pra criar esse relatório. Então como nós temos a lei três mil quatrocentos e sessenta de dois mil e dezessete que é a primeira lei que fala de fato de ouvidoria e diz como deve ser o relatório de uma ouvidoria pública no Brasil, nós criamos aqui então na ouvidoria da SESA um modelo de relatório padrão pra que esses municípios possam seguir, então é muito simples, basta eles preencherem esse relatório e apresentarem nos conselhos municipais. Ok? Obrigado. Santo (Sindinap) A gente, da base, na linguagem popular eles falam peão de fábrica, então tem que quebrar esse paradigma entre o pessoal da base e a promotoria porque teve reuniões lá em Maringá, eu pertenço a outro conselho e que nós foi marcado uma audiência com a promotoria e foi escalado cinco conselheiros pra participar dessa reunião, teve gente que não dormiu de noite, ouvi briga na porta porque olha você fala eu não vou falar nada é a justiça é a promotoria. Então, o povo não sabe que promotoria são defensores dos mais fracos, eles lutam pra defender a necessidade aonde não alcança os olhos do gestor e de quem por de fato deveria cuidar. Então quando fala em promotoria, as pessoas caracterizam como um grau superior como é mas é defensor da necessidade, então eu vejo quando eles estiveram lá no Requião-Guaiapó viu que a sala tava cheia e precisaria que toda base estivesse verdadeiramente ali pra ouvir, assistir eles falar e verdadeiramente ter essa confiança de participar de onde eles estão e do que eles guerem fazer a favor da nossa população. E, principalmente da saúde que alguns lugares está bastante deficitário. Hermes (HU-UEM) A respeito do programa SUSCOM, o senhor falou uma informação até interessante que pela busca dos conselheiros pra essas informações, pra ler essas informações. Eu, por acaso sou membro da comissão organizadora da próxima conferência estadual de saúde, mas pessoalmente eu tenho uma avaliação. Nós terminamos praticamente o primeiro, um dos primeiros regulamentos, são trinta e sete artigos que vão ser mandados, nós temos que fazer mais uns três, ou seja, a conferência na minha opinião pessoal se tornou algo muito burocrático e talvez no final nós não conseguimos fazer com a população efetivamente venha, que seria o nosso objetivo da participação, digo opinião pessoal, em função de tão amarrado que é esse procedimento. E, fico muito feliz quando o promotor falou que realizou um evento, que também tá dentro da legislação, que consegue trazer a população pra discutir, uma população que pode ser que nem venha nas nossas conferências. Então, parabenizamos e peço se possível naquelas, eu acredito que até vocês já fazem isso, que diz que existe esse campo que são os conselhos que são as conferências que são um ponto que a população que vocês estão atingindo diz pra eles participarem e virem nesses pontos também. Marco Antonio (MPPR) Eu também não quero manipular e muito menos monopolizar a palavra, mas apenas pra dizer alguma coisa dos companheiros que falaram, a referência última a mim foi a dona Rosalina, companheiros de Paranaguá, do litoral, dizer também



966

967 968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991 992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006 1007

1008

1009

1010 1011

1012

ATA DA 255² REUNIÃO ORDINÁRIA





que esse programa que a gente tá lá no litoral o Pró-Conselho é a segunda vez; primeira edição, embrião de tudo isso surgiu no litoral em dois mil e quatorze, dois mil e quatorze fomos fazer lá até dois mil e quinze. Em dois mil e dezessete eles voltaram, vão fazer de novo e aí a gente já organizou melhor, fizemos a região de Londrina, vamos começar no sul do Estado em Palmas, ou seja, o Paraná tem sido um celeiro de experiências de inspiração pra nós do Ministério Público em como cuidar, em como tratar das nossas conversas com os conselhos municipais de saúde. Bem, questão que você fala com relação financiamento, isso é outra conversa, conversa pra mais tempo. Com relação ao Yohhan, nosso ouvidor, da SESA, dizer o seguinte, não apenas ele vai pro interior mas eu e a minha colega, doutora Caroline, vamos pegar talvez uns vinte e cinco promotores que são trinta e um municípios, uma comarca tem dois ou três municípios, vamos dizer de vinte a vinte e cinco e nós vamos ligar pra cada um, eu não vou lá mas vou ligar e mandar ofício, entendeu? Então é um trabalho conjunto. Houve um encontro estadual de ouvidores a pouco tempo, eu tive a satisfação de ser convidado e já tinha dito isso lá, é um esforco conjunto de todos que são interessados, tem essa causa, de zerarmos isso até o final do ano, começarmos o ano com outra página dessa história. Então, você vai pro interior mas a gente vai estar ligando, conversando com os colegas. Bem, a questão do Santo, que é a questão do apoio ao conselho, que houve aquela briga lá com o pessoal, não queria e tal, mas não precisa ter briga. Vou dizer uma coisa pra você, eu já disse isso agui nessa casa, já disse em outras casas de outros conselhos, o Ministério Público em relação ao conselho ele tem uma proximidade muito grande, uma feição institucional se é possível ter sentimentos por figuras jurídicas, vocês são uma figura jurídica e nós somos outra, se é possível ter sentimento, a gente tem por vocês, por que? Vocês tem um papel de fiscalização do sistema, é o mesmo DNA que nós temos mas vocês estão dentro do sistema e nós estamos fora, isso nos aproxima muito, nos compromete com as pautas dos conselhos, nos faz tratar com as questões que o conselho vem nos trazer, enfim, somos muito próximos, portanto não há, é natural que as pessoas tenham certo receio porque hoje a imagem de um membro do Ministério Público é aquela coisa Lava-Jato, mas quando a gente fala com conselheiro não tem Lava-Jato, não tem, é uma outra conversa, não é um outro Ministério Público mas é uma outra conversa, então vocês se sintam perfeitamente à vontade, nós sempre estamos e, em Maringá, minha colega Estela, uma colega experimentada profundamente dedicada à causa da saúde, ela mais do que nós sabe entender o papel do conselheiros, sabe receber bem, sabe ouvir e sabe dar o encaminhamento. Eu quero dizer pra vocês uma coisa, eu tenho mandado à Mesa como já tenho mandado em gestões anterior a essa Mesa Diretora, sempre um convite, eu endereço ao presidente do conselho pra não, ele resolve isso no âmbito da Mesa ou do plenário, mas sempre nesses encontros nós temos do Pró-Conselho, do SUSCOM+, os conselheiros vão dos municipais, mas a gente gostaria de ver um dia, quando fosse possível, um conselheiro estadual. Vocês não sabem o respaldo que vocês dariam aos seus colegas dos municípios, a presença de uma representação, às vezes um conselheiro mora ali num município do lado, na região, não precisa deslocar atravessar o Estado. A gente sempre manda, não é como formalidade o convite, é como expectativa de que alguém do Conselho, um conselheiro que integre essa casa possa ir lá e inspirar e ver os conselheiros de lá, daquele local se sentirem apoiados, representados por um conselho que reúne todos os demais do Paraná. E mais uma coisa, e por último, o Hermes, a questão das conferências, a qualidade das nossas conferências, a gente precisa melhorar, você tem toda razão, é uma crítica construtiva. Eu já vi conferência de todo jeito, como vocês também já viram. Eu vou em conferências locais pra terem uma ideia, não é só estadual, vou nas locais, distritais, mas é uma coisa de doido, desculpem a expressão, Eu fui, não interessa o nome do santo, mas pra você ter uma idéia, local um bairro, barro populoso da cidade grande e a conferência era só da tarde, tá bom, mas não se discutiu nada sobe aquele território daquele bairro, muito populoso, população pobre, que houve ali? Eu fiz uma fala, que portanto não muda nada, apenas uma manifestação que me cabia fazer, depois houve alguém que falou pela gestão, de uma forma muito abstrata, depois teve uma meia hora de exercícios aeróbicos e pra lá e pra cá, e depois falaram o resto do tempo, não que



1014

1015

1016 1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059 1060

1061

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



isso não fosse importante, mas isso não simboliza não representa os problemas de saúde, falaram do problema da violência doméstica, claro que existe, claro que é importante, mas numa conferência que tem que abranger os problemas daquela região você elenca um e não havia evidência de que a violência doméstica naquele território fosse algo preponderante, vamos falar porque temos os números assim então pelo menos, justificativa, e foi a conferência, o que ela disse foi pra distrital e depois consolidado foi pra frente e tal, pra municipal. Então, eu digo isso e as pessoas que estavam ali acreditaram que aquilo era uma conferência, não era, tinha o nome de conferência, as pessoas não estavam informadas sobre os problemas de saúde, não tinham essa noção, tinham noção muitas vezes de alguma questão pessoal que foi bem ou mal atendida, de um amigo no diz que diz, que é isso que a gente tem que melhorar, a qualidade das nossas conferências. A gente faz o maior movimento no Brasil, da organização civil, nossa sociedade que a Conferência Nacional, eu já fui em algumas como vocês também já foram, então, quer dizer, a gente tem que melhorar. Concordo com o movimento, agui, do SUSCOM+, obviamente não é competição de forma nenhuma com as conferências, é no máximo na melhor das hipóteses um pequeno treinamento pra um evento maior, que muito mais significativo, tem que funcionar melhor, a gente tem que ajudar nisso que são as conferências municipais. Rangel (FEHOSPAR) Bom, então nós temos a Malu e a Carol inscritas e, o Edvaldo. Bom, então eu, por causa do tempo, eu vou encerrar as inscrições, então vamos ter só os três. Então, Elvira. Elvira encerra as inscrições, tudo bem? Carolina (ESPP/CFRH) Pra mim está sendo uma grata satisfação estar presente hoje aqui, porque eu venho só de vez em quando, não faço parte da composição do Pleno atualmente e poder escutar agora do outro lado a apresentação desses programas que nós tínhamos participado mas eu não sabia bem direito, já havia escutado sobre programa SUSCOM+ mas não da maneira que eu ouvi hoje, assim sistematizado e entendendo melhor o escopo. Então, nós estivemos lá como representante da Escola pra fazer uma ação demandada a partir da reunião que foi feita em Rio Negro junto com os agentes comunitários e também no período da manhã e no período da tarde com os agentes comunitários, a equipe da enfermagem e a equipe da recepção de toda Secretaria Municipal de Saúde de Rio Negro. Então, é muito interessante perceber que as ações elas acontecem em parceria em diferentes níveis de atenção e de atuação. E, queríamos colocar a Escola formalmente como um parceiro que pode colaborar nas ações de formação quando diz respeito aos trabalhadores da saúde em qualquer nível, quer seja nível básico, nível técnico ou nível de graduação, digamos assim, e temos condições então de desenvolver ações que possam tentar colaborar na solução dos problemas identificados ou demandados pela população. Então queria agradecer a oportunidade de estar aqui, poder conhecer do outro lado, agora formalmente o programa e mais uma vez apresentar a Escola como uma parceira oficial. Edvaldo (CONAM) Eu queria saber se vocês tem, talvez pode não ter hoje, poderia estar trazendo pra próxima reunião, a quantidade de reclamações que tem, o grau de satisfação, o que seria, vocês tem por exemplo as respostas daquilo que o usuário reclamou e foi atendido, seria assim tipo nesse sentido. Uma quantidade de reclamações mensais, o que foi resolvido, o que ficou pendente. Maria Elvira (Assempa) Eu sou, admiro a muitos anos, não vou falar quantos anos, mas parabenizá-los pelo trabalho que tem feito. SUSCOM+, eu não sabia o que era, procurei me informar quando fui convidada, fui representando o presidente estadual daqui, ele me convidou, falou Elvira você tá próxima, porque eu moro em Foz do Iguaçu, eu estava doente, estava com problema na minha perna, não podia caminhar, mas o diretor da regional falou Elvira eu te pego em casa e deixo em casa e eu fui. E, foi muito ótimo, muito bom, passei várias coisas que foi falado lá, apresentado lá passei no meu conselho e eles falaram vamos trazer pra Foz do Iguaçu. E, parabenizá-lo mesmo. Quando eu vejo o senhor eu me lembro daquela conferência que o senhor foi convidado em Foz do Iguaçu, que deu aquele temporal, que tivemos que encerrar, gente foi muito, mas ele conseguiu falar, então, de voar, voou zinco, voou telha, voou tudo, nós tivemos que encerrar a conferência, caiu árvores e tudo mais, mas nós estávamos lá, mil e poucas pessoas. E, muito obrigado mesmo. Deus abençoe a caminhada de vocês. Malu (Assempa) Parabéns doutor Marcos. Doutora, parabéns. Mas



1064

1065 1066

1067

1068 1069

1070

1071 1072

1073

1074

1075

1076

1077

10781079

1080

1081

10821083

1084

1085

1086

1087 1088

1089

1090

1091 1092

1093

1094

1095

1096

1097 1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



quando o Santo falou do Ministério Público, das pessoas terem medo, o Paraná inteiro não é o doutor Marcos e a doutora Caroline não, não é não. Eu falo porque sou do interior e a gente conhece, mas aos pouquinhos eles estão, a lição de Curitiba tá indo pra todo Estado. Eu sempre falo, quando tem um procurador Marco Antonio, pra nós fica fácil. Aqui em Curitiba é muito bom. Então nós no conselho municipal, o que senhor apresentou aí nós já temos uma noção do municipal, a parceria que nós temos, direto lá. Parabenizá-los pelo trabalho e quando o senhor falou das conferências locais, o município de Curitiba está fazendo capacitações, então, em toda Curitiba e nós estamos participando, sempre vai alguém do conselho municipal, da comissão de legislação e da comissão organizadora da conferência municipal e nós estamos lá. Então tá sendo feita as capacitações e clareando pras pessoas. O que o senhor falou aí, eu sei que é da nossa cidade, eu participei de cento e dez, eu sei, de cento e dez unidades que nós tínhamos na última conferência, eu e o Marcelo que é o vice-presidente do conselho, nós participamos de cento e duas, cento e cinco, até brinco que com Marcelo me pegava cinco e meia da manhã em casa, o presidente falou como é que ele te pegava, eu falei que me pegava cinco e meia da manhã que a gente fazia duas, três conferências no período da manhã, atravessando Curitiba, do Tatuguara ao Bairro Alto, então nós cortávamos Curitiba o dia todo, de manhã e à tarde. Então nós fizemos e a gente via as barbaridades e muitas unidades não tem mais conselho, tem comissões, falta quorum, porque agora é ano eleitoral e eles estão voltando porque daí tando no conselho o apoio político é mais caro, fica mais carro pra vender. Isso tem sim, existe sim, não é só lá, é em todo lugar. Então, essa capacitação tá sendo feita e o senhor sabe muito bem o quanto o seu Adilson e a Lizandra é preocupado, quanto a Lizandra é preocupada com isso e ela é a nossa coordenadora da legislação e da capacitação, então nós estamos vendo isso sim. Mas não são todos promotores que dão acesso a nós, pobres mortais, como vocês dão aqui. Tem município que as pessoas se apavoram sim, doutora, não é o caso de Guarapuava, né? Que tá aí a reclamação e eu sei porque tenho amigas lá em Guarapuava e falam da senhora, bem é claro. Então tem municípios que o Ministério Público é apavorante sim, quem não deve não pode temer mas tem pessoas que não tem essa noção e é apavorante sim, muitos municípios e não atendem não, a porta não fica aberta não, nem do juiz nem do promotor, então nós aqui em Curitiba temos esse privilégio. Obrigada. Caroline Chiamulera (MPPR) Bom, o doutor Marco me delegou a tarefa de falar. Carolina, eu agradeco a colaboração da Escola de Saúde aqui do Paraná, Escola Pública de Saúde, e imagino que vocês devem ter ido pra lá pra capacitação das equipes de saúde, dos ACS e tudo, depois em função do SUSCOM. Então a gente agradece aí a essa parceria e é muito bom saber que a gente pode contar com a Escola, montar projetos, montar alguma coisa nesse sentido. Muito bom saber, obrigada pela sua intervenção. O Edvaldo de Londrina nos questionou sobre o quantitativo que nós eventualmente teríamos aí de reclamações mensais solucionadas e pendentes. Essas questões possivelmente vão estar aí nesses relatórios quadrimestrais dos auditores em cada município. O projeto do Ministério Público, ali o programa em si, a gente busca fazer essa instalação das ouvidorias pra que elas comecem a funcionar, mas os promotores atuantes em cada uma dessas comarcas desses municípios aí é que em contato com os ouvidores dos respectivos municípios saberão quais são efetivamente as demandas que foram solucionadas ou não foram solucionadas. Mas os conselhos municipais de saúde de cada município podem aí questionar os ouvidores municipais pra que eles apresentem esses relatórios quadrimestrais que em tese eles deveriam ir à gestão pra que esses relatório sejam também apresentados ao conselho e pra que o conselho tenha ciência do que tá acontecendo e do que realmente está sendo resolvido ou não no âmbito do município. Eu acho que de repente isso pode ser levado ao conhecimento dos demais conselhos municipais de saúde e talvez seja aí algo que a gente possa trabalhar no que diz respeito essa segunda etapa que é a adequação do funcionamento das ouvidorias e aí a gente pode verificar essa questão dos relatórios também serem encaminhados aos próprios conselheiros. De repente a gente pode trabalhar isso aí. Quanto à Maria Elvira, obrigada pela tua intervenção, o doutor Marco pode fazer chuva, fazer sol,



1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128 1129

1130

11311132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146 1147

1148

1149

11501151

1152

1153

1154

1155 1156

11571158

1159

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



cair canivete que ele não tem problema com isso aí, ele vai mesmo e não se importa muito não. E, Malu, obrigada pela tua intervenção também, talvez isso seja um problema, que você tá falando aí generalizado em âmbito do Estado do Paraná mas eu acho que é muito importante, vou te falar enquanto promotora na época enquanto tava em Guarapuava, da importância de você ouvir o conselheiro de saúde e talvez da insistência do conselheiro chegar e bater na tua porta. Porque o colega então não vai atender um dia, não vai atender dois dias, mas ele vai atender, vai ter uma hora que vai ter que atender e nós também, Ministério Público, temos uma ouvidoria que pode ser levada a conhecimento desses próprios conselheiros quanto a fato do colega não estar atendendo o conselheiro porque assim, a nossa função é atendimento ao público independentemente de quem seja. É claro que pode ser que em determinadas circunstâncias a gente não consegue atender imediatamente a pessoa, porque em especialmente colegas do interior, que são colegas únicos, exclusivos de determinadas comarcas, comarcas iniciais que a gente fala, às vezes ele fica em audiência o dia inteiro, então ele realmente não tem condições de atender mas marca um horário pra fazer atendimento, escutar as demandas e a importância dos conselheiros insistirem, de não terem esse medo do Ministério Público mas de insistirem realmente e se eventualmente isso não acontecer, que seja buscado a ouvidoria do próprio Ministério Público, seja relatado a situação pro próprio Ministério Público na ouvidoria porque a ouvidoria do Ministério Público também funciona no sentido de impulsionar que as nossas funções institucionais sejam cumpridas. (F13) Malu (Assempa) Eu não me referi só a conselheiros, doutora, e sim a toda comunidade. Todos nós temos esse direito mas nem todos vão lá duas ou três vezes insistir, não vão. A dona Mariazinha lá de Tamarana não vai, não vai nem o seu Antonio de Tamarana, São Pedro do Ivaí não vão lá segunda ou terceira, não me atendeu to com medo. Mas eu quero citar uma visita do doutor Marcelo, doutor Marco Antonio, ele foi lá no Caximba, eu vou todo mês avaliar a UPA do Tatuquara, eu to todo mês no Tatuquara, dagui a pouco eu vou lá pra Maternidade Bairro Novo fazer avaliação, então dona Mariazinha do Caximba recebeu a visita de um promotor, o senhor tem noção o que significou praquele pessoal? Eles foram à reunião da UPA e do distrito, o promotor foi lá no nosso bairro, olha, foi emocionante e o doutor Marcelo foi lá e ele conversou, ele não falou que era promotor, chegou lá quietinho e tal e conversou com todo mundo, depois que apresentaram ele como promotor. Acho que foi ele e um outro, mas a emoção das pessoas de saberem, o promotor veio aqui no Caximba e é uma clientela carente. Então não são todos que vão voltar segunda ou terceira vez e não é só os conselheiros, todo ser humanos, todos temos esse direito. Mas a presença do promotor lá no bairro, foi emocionante. Eu falo do Caximba porque é o bairro mais carente da nossa região e tá saindo daquela linha de pobreza, tá sendo cada dia que passa melhor, mas a presença de um promotor lá foi fantástica. Fica registrado. Caroline Chiamulera (MPPR) Isso realmente, Malu, é imprescindível. E aí, como criar uma consciência nos colegas de que isso é tão necessário, é tão imprescindível, tão importante pras pessoas essa presença, é a presença do próprio Estado ali na comunidade, não é só a comunidade dentro do gabinete, é o gabinete lá no meio da comunidade. Então isso é uma tarefa, eu vou dizer assim, não sei se o doutor Marco Antonio concorda muito comigo, mas a tarefa é um pouco árdua em alguns aspectos assim, esse processo de conscientização, sabe? Mas eu acho que a gente vai avançando, como tempo a gente vai avançando. Rosalina (Assempa) Eu gueria fazer um convite ao doutor Marco Antonio Teixeira, que ele nos ajudou muito nessa oficina última que nós tivemos junto com a Escola aí na capacitação dos multiplicadores, facilitadores aqui no Paraná, orientou muito nós a montar a oficina, como que fez na elaboração de uma proposta, trazendo melhor a questão da sistematização das ações nas conferências, em Londrina a regional junto com os facilitadores da regional de Londrina vai fazer no dia seis uma encontro com todas as Mesas dos conselhos municipais dos vinte e um municípios, chamando o secretário de saúde também pra essa oficina, porque a gente anotou que a deficiência de muitas coisas de encaminhamento está na gestão, levar informação ao conselheiro. E, vai ser o dia seis, o dia inteiro lá no auditório do Hospital Zona Sul. Também queria estar colocando que o doutor Paulo Tavares



1162

1163 1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180 1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206 1207

1208

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



participa de toda reunião do Conselho Municipal de Londrina e no Conselho Municipal da Mulher participa o doutor Ronaldo e a doutora Susana, assim que eles podem eles vão lá no conselho da mulher também, então são três promotores de Londrina que tem participado muito das ações na comunidade. Rangel (FEHOSPAR) Agradecer, doutor Marco Antonio, doutora Caroline, por estar vindo aqui em nossa casa, nosso Conselho, venha sempre. Dizer que, agradecer os convites e dizer que eu vou me empenhar pra poder estar presente mas já teve algumas representações, como a Elvira, a dona Rosalina, o Angelo, mas vou me empenhar, aquela reunião de ontem vai nos ajudar nisso. Parabenizar pela iniciativa dos projetos, agradecer o acolhimento porque quando vocês abrem a porta e acolhem a gente fica mais fácil, é aquilo que a Malu, o Santo falou, então tira alguns receios, não é que a gente tem medo não, a gente fica muitas vezes receoso e até não sabe como chegar e conversar, mas a forma que vocês trazem pra gente, a tranquilidade então tira esses receios. Agradecer. Eu vou fazer, tava conversando agora com o Mauricio, e nós vamos tentar, se assim vocês autorizarem, os senhores autorizarem, a gente deixar um link no site do Conselho, do Ministério Público, então só tem que ver como é a questão legal e técnica disso, mas pelo que estive olhando não é difícil porque já tem outros links, então, se os senhores autorizarem, a gente colocar ali, de endereços de busca, acho que poderia colocar. Vou pedir licença aqui pros membros da comissão da décima segunda Conferência Estadual de Saúde, eu não conversei com eles mas eu gostaria de ceder o espaço para o Ministério Público, então eu vou estar levando já e nós só temos que ver como que vamos fazer isso, mas pelo menos ceder um espaço e vocês levarem o material e ter o espaço pra divulgar o trabalho e estar presente com a gente, mas eu acho que nada melhor que um espaco mesmo dentro dessa conferência, se assim vocês aceitarem. E, nessa linha também pedir a vocês ajuda de estimular os conselhos, os municípios, os conselhos municipais em fazerem a conferência, participarem e convocarem a população, de alguma forma nos ajudar. E, sempre se possível, voltar. Muito obrigado. Cinco minutinhos de intervalo, por favor. (F14) Mauricio, verificar o quorum, por favor. Mauricio (Secretaria Executiva) Dezessete. Não temos quorum adequado. Então aguardando aí mais pelo menos cinco minutinhos. Rangel (FEHOSPAR) Conta de novo. Rapidinho. Vamos lá, pessoal. Mauricio (Secretaria Executiva) Recontando, então. Vinte. Quorum adequado. Rangel (FEHOSPAR) Vinte. Quorum adequado. Então, o décimo assunto, apresentação e aprovação do código de ética e de conduta do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. No dia trinta de julho foi encaminhado e-mail a todos e nesse e-mail vem contendo o conteúdo: caros boa tarde, conforme deliberado na ducentésima quinquagésima reunião ordinária do CES/PR, segue pra apreciação e possível sugestões o código de ética e de conduta do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito e justificadas via e-mail para cespr@sesa.pr.gov.br para comissão de elaboração do regimento interno do código da comissão de ética até o dia dez de agosto de dois mil e dezoito, salientamos que se não for encaminhado até o dia dez do oito de dois mil e dezoito será considerado aprovado pelo conselheiro. Então, nós vamos estar apresentando, a Rita vai estar apresentando e depois nós deliberamos. Rita (HU-UEL) Considerando que nós não recebemos nenhuma consideração até o dia de hoje, então, conforme tava colocado no e-mail, ele foi considerado aprovado pelos respectivos conselheiros. Essa comissão foi composta pelo Amauri, a Márcia Zambrim, o Abreu que substituiu a Carminha no começo que saiu logo no começo então o Abreu fez a maior parte do trabalho, seu Alceu que já não está mais fazendo parte do Conselho, a Palmira, a Elfi e eu. Então, com esse grupo, nós fizemos a construção do regimento. Então o Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, regulamentado conforme disposto no inciso terceiro do artigo cento e sessenta e nove da Constituição Estadual e artigo primeiro da Lei Federal oitocentos e quarenta e dois, de vinte e oito de dezembro de mil novecentos e noventa, pela Lei Estadual dez novecentos e treze, de quatro de outubro de mil novecentos e noventa e quatro, no uso de sua competência regimental conferida pelo artigo quinto e pelo seu regimento interno, aprovado na Resolução CES/PR número cinquenta e sete de dois mil e dezesseis, de dezesseis de dezembro de dois mil e dezesseis, reunido em sua



ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



1209 ducentésima quinquagésima reunião ordinária, em vinte e três de agosto de dois mil e dezoito. 1210 Considerando, aqui, foram todos os documentos nos quais a comissão de ética se baseou. O Código 1211 de Nuremberg de mil novecentos e quarenta e sete, a Declaração Universal dos Direitos Humanos 1212 de mil novecentos e quarenta e oito, que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da 1213 dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano. Declaração de Helsingue, adotada em mil 1214 novecentos e sessenta e quatro e nas suas versões de mil novecentos e setenta e cinco, oitenta e 1215 três, oitenta e nove, noventa e seis e dois mil. A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos 1216 Humanos de dois mil e quatro, que garantem a ética relacionada às grandes descobertas científicas 1217 e tecnológicas. A Constituição da República Federativa do Brasil de oitenta e oito. A Resolução da 1218 Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP do Conselho Nacional de Saúde - CNS 1219 quatrocentos e sessenta e seis de dois mil e treze, que estabelece as diretrizes e normas 1220 regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. O Código de Defesa do Consumidor, 1221 Lei número oito mil e setenta e oito de noventa, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá 1222 outras providências. A Lei oitenta oitenta de noventa, que dispõe sobre as condições para a 1223 promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços 1224 correspondentes e dá outras providências. O Decreto noventa e nove quatrocentos e trinta e oito de 1225 noventa, que dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde, e dá outras 1226 providências. A Lei oito mil cento e quarenta e dois de noventa, que dispõe sobre a participação da 1227 comunidade na gestão do SUS. A Lei Estadual dez novecentos e treze noventa e quatro e onze 1228 cento e oitenta e oito de noventa e cinco, que institui o Conselho Estadual de Saúde do Paraná e 1229 respectivas alterações. A Resolução trinta e três zero três, que aprova as diretrizes para criação, 1230 reformulação, estruturação e funcionamento dos conselhos de saúde. Resolução quatrocentos e 1231 cinquenta e três dois mil e doze, que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, 1232 reestruturação e funcionamento dos conselhos de saúde. A do CES cinquenta e sete dezesseis, que 1233 aprova o seu regimento interno. A deliberação do Plenário do CES/PR em sua ducentésima 1234 quinquagésima quinta reunião ordinária. Resolve. Artigo primeiro, aprovar o Código de Ética e de 1235 Conduta do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná, conforme o anexo desta Resolução, 1236 que poderá ser consultado no site do Conselho. Artigo segundo, este código aplica-se a todos os 1237 conselheiros estaduais de saúde e servidores que apoiam o funcionamento administrativo do 1238 Conselho. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pleno do Conselho Estadual de Saúde. Este 1239 código poderá ser reavaliado por proposta de qualquer um dos seus membros, que deverá ser 1240 aprovada por dois terços do Conselho Estadual de Saúde em reunião convocada especialmente 1241 para este fim, podendo ser modificado em seus artigos ou no todo. Parágrafo único, as alterações 1242 deverão ser precedidas das referidas justificativas e ampla discussão para compreensão das 1243 modificações a serem realizadas. Este código entra em vigor a partir da data de sua publicação. 1244 Curitiba, vinte e três de agosto. É o Rangel e o Secretário Nardi. Então, qual é o anexo dessa, que é 1245 o código de ética em si. Então o Preâmbulo é; o Conselho Estadual de Saúde ao instituir seu Código 1246 de Ética e de Conduta, formaliza a função pública dos Conselheiros e dos servidores que apoiam o 1247 funcionamento administrativo do Conselho e que trabalham e, suas relações com o público em geral, 1248 organizações, instituições e usuários da saúde, bem como com os Poderes Executivo, Legislativo 1249 Judiciário e Ministério Público. Os conselheiros devem pautar seu comportamento e ações por este 1250 código de ética e de conduta, de modo a honrar a função de representação social do Conselho e 1251 tornar-se exemplo a ser seguido por todos, em todos os momentos e em qualquer situação e lugar. 1252 Aí tem o sumário, então eu não vou ler o sumário porque a gente vai ler capítulo por capítulo, então 1253 a gente vai economizar um pouco de tempo. Então capítulo primeiro fala dos objetivos e da 1254 abrangência. Então artigo primeiro, fica instituído o Código de Etica e de Conduta do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, com as seguintes finalidades; parágrafo primeiro, tornar explícitas as 1255 1256 normas e princípios éticos que regem a conduta dos conselheiros e sua ação institucional, fornecendo parâmetros para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura das ações e do 1257



1260

1261 1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273

1274

12751276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283 1284

12851286

1287

1288

12891290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



processo decisório adotados pelo Conselho para o cumprimento de seus objetivos institucionais. Parágrafo segundo, contribuir para transformar os objetivos e atribuições legais do Conselho em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ética, para realizar melhor em toda amplitude a sua condição de órgão de implantação, controle e orientação da Política Estadual de Saúde do Estado do Paraná, assegurando a efetiva e regular gestão dos recursos públicos e da transparência dos atos da Administração Pública Estadual. Parágrafo terceiro, preservar a imagem e a reputação do Conselho. Parágrafo quarto, estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados e de limitações às atividades profissionais no exercício da função de Conselheiro. Parágrafo quinto, criar procedimentos de averiguação de infrações éticas, com consultoria quando necessário. Capítulo dois, dos princípios e normas de conduta ética. Os conselheiros, representantes da sociedade civil e do governo, são agentes públicos; e o exercício da função de conselheiro exige ética compatível com os preceitos da Constituição Federal, Leis Orgânicas de Saúde oitenta oitenta de noventa, oito mil cento e quarenta e dois de noventa, da Resolução do CES cinquenta e sete de dezesseis que trata do seu regimento interno e da Resolução trezentos e trinta e três do Conselho Nacional de Saúde, deste código de ética e de conduta e de outras normas legais. Artigo terceiro, o conselheiro no desempenho de suas funções deve primar pelos princípios constitucionais, em particular o da legalidade, impessoalidade, moralidade, ética, publicidade e eficiência. Artigo quarto, consideram-se princípios fundamentais do Conselho e de seus conselheiros o reconhecimento e a defesa do Sistema Único de Saúde. Inciso um, da universalidade de acesso e integralidade das ações e da equidade das Políticas Públicas de Saúde do SUS. Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral. Inciso terceiro, da organização e participação de todos os elementos sociais, em especial, dos usuários da política pública de saúde do SUS. Inciso quarto, da diversidade social, de raça e etnia, gênero, orientação sexual, economia, de deficiências, e, consequentemente, o combate de toda forma de preconceito. Inciso quinto, da gestão democrática do controle social das políticas públicas de saúde. Inciso sexto, a independência, objetividade e imparcialidade político-partidária. Capítulo três, das responsabilidades e deveres. São deveres do conselheiro; defender o caráter público da Política Pública de Saúde, definida nos estatutos legais da Constituição, da Lei Orgânica do SUS, da Lei oito mil cento e guarenta e dois, a ser prestada tanto por órgãos governamentais ou não governamentais quanto por prestadores de serviço, inclusive os que os Conselheiros representam. Inciso segundo, resguardar em sua de conduta pessoal, a integridade, a honra e a dignidade de sua função pública, agindo em harmonia com os compromissos éticos assumidos neste código e com os valores institucionais do Conselho. Proceder com honestidade, probidade e tempestividade, escolhendo sempre, quando estiver diante de mais de uma opção legal, a que melhor se coadunar com a ética e com o interesse público. Manter-se atualizado com as instruções, as normas do exercício e a legislação pertinentes à Políticas Públicas de Saúde, bem como garantir o debate em espacos públicos e nas entidades públicas ou privadas que representam. Inciso quinto, contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária do SUS nas decisões do Conselho, buscando metodologias formadoras e educativas, permitindo a acessibilidade da sociedade. Inciso sexto, manter o diálogo permanente com os conselheiros das demais políticas públicas e com os segmentos em todas as esferas de representação. Inciso sétimo, contribuir para a manutenção do espaço do Conselho como esfera de debate, diálogo, etapa anterior ao momento da deliberação. Inciso oitavo, participar das atividades do conselho, reuniões plenárias, grupos de trabalho, fóruns e comissões, desenvolvendo com responsabilidade e presteza todas as atribuições que lhe forem designadas. Inciso nono, representar o Conselho de Saúde em eventos para os quais forem designados. Inciso décimo, agir com respeito e dignidade na vida privada e no conselho de saúde, observando as normas de ética social e da gestão pública. Inciso décimo primeiro, representar contra qualquer ato de conselheiros, que estejam em desacordo a este código e com as normas de gestão pública. Ter respeito à hierarquia; porém,



1309

1310 1311

1312

1313

1314

1315

1316 1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323

1324 1325

1326

13271328

1329

1330

1331

1332

1333

1334

1335

1336

1337

13381339

1340

1341

13421343

1344 1345

1346 1347

1348

1349

1350

1351

1352

13531354

1355

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda a estrutura de poder privado, institucional ou poder estatal. Inciso décimo terceiro, garantir a informação e divulgação ampla dos serviços, programas e projetos da política de saúde. Inciso décimo quarto, zelar pelo patrimônio público em uso pelo conselho de saúde, bem como fazer o melhor uso dos recursos disponíveis, entre eles, tempo e material. Inciso décimo quinto, manter seus dados cadastrais atualizados junto ao conselho de saúde. Décimo sexto, responder com presteza e de modo formal, de acordo com as normas do processo administrativo. Décimo sétimo, o conselheiro executará suas funções com respeito, disciplina, dedicação, cooperação e discrição, para alcançar os objetivos disponíveis pelo Conselho, observando cuidadosamente as normas legais disciplinadoras de toda matéria tratada. E, exercer o controle social da política pública de saúde. Então capítulo quarto, das vedações aos conselheiros. É vedado ao conselheiro; a prática de qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade de sua função pública, os compromissos éticos assumidos neste código e os valores institucionais, em qualquer época, no presente ou no passado. sendo-lhe vedado, ainda, praticar ou compactuar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, com ato contrário à ética e ao interesse público, mesmo que tal ato observe as formalidades legais e não cometa violação expressa da lei. Fazer de sua posição instrumento de domínio, pressão ou de menosprezo a qualquer pessoa. Prejudicar deliberadamente a reputação de outros conselheiros ou cidadãos. Ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração desse código de ética e de conduta. Usar de artifícios para adiar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material. Permitir que perseguições ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos, com servidores ou com outros conselheiros. Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento de sua missão ou para influenciar outro conselheiro para o mesmo fim. Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências. Retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, equipamento ou bem pertencente ao patrimônio público. Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de suas atividades, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros. Falsear deliberadamente a verdade ou basear-se na má-fé. Permitir ou concorrer para que interesses particulares prevalecam sobre o interesse público. E por fim, retardar qualquer decisão de competência do Conselho por retirar-se do Plenário antes do horário estabelecido pela pauta de convocação ou pela Mesa Diretora, depois de consultado o Plenário. Capítulo quinto, da comissão de ética e de conduta. A Comissão de Ética e de Conduta é um órgão normativo e consultivo de assessoria no âmbito de sua competência e encarregada de orientar e aconselhar os conselheiros. Parágrafo primeiro, a Comissão de Ética e de Conduta deve ser composta por oito conselheiros, indicados pelos seus segmentos e aprovado na Plenária do Conselho, respeitando representação paritária dos Conselhos de Saúde conforme Resolução trinta e três de dois mil e três do Conselho Nacional Segundo. Parágrafo segundo, o mandato dos membros da Comissão de Ética e de Conduta será de dois anos. A indicação dos membros para a Comissão de Ética e de Conduta será sempre de cinquenta por cento dos seus membros, considerando sempre cinquenta por cento de cada segmento. Parágrafo quarto, o coordenador e secretário serão eleitos na comissão, a partir da indicação e eleição dos membros da Comissão de Ética e de Conduta. Parágrafo quinto, todas as deliberações da Comissão de Ética e de Conduta do Conselho deverão ser aprovadas por cinquenta por cento e mais um de seus membros, considerando sempre a presença de cinquenta por cento de cada segmento, pra que não haja privilégio de nenhum deles. Cabe à Comissão de Ética e de Conduta; atuar como instância colegiada com funções consultivas dos conselheiros. Recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a divulgação das normas éticas contidas no Código de Ética e de Conduta do Conselho. Receber denúncias contra conselheiros e propostas para a averiguação de infração ética que lhe forem encaminhadas, sempre por escrito, deliberando sobre a sua



1358

1359 1360

1361 1362

1363

1364

1365 1366

1367

1368

1369 1370

1371

1372

13731374

1375

1376

1377

13781379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

1387 1388

1389

1390 1391

1392

1393 1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

ATA DA 255ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



conveniência de instauração de procedimento específico e eventuais sanções, sendo vedadas denúncias anônimas. Instaurar de ofício, ou seja, por iniciativa própria, procedimento competente sobre ato ou matéria que considere passível de configurar, em tese, infração a princípio ou norma ética. Dar ao conselheiro citado o direito de ampla defesa durante a apuração dos fatos. Convocar conselheiros e convidar outras pessoas a prestar informações sobre os fatos denunciados. Instruir o procedimento que deverá ser concluído no prazo de noventa dias, prorrogável por igual período, com a devida fundamentação da justificativa. Elaborar relatório circunstanciado e parecer conclusivo, propondo, se devida, a aplicação de sanção. Arquivar o processo ou remetê-lo ao órgão competente quando configurar a infração cuja apuração seja de competência de órgão distinto. Elaborar ou propor alterações ao código de ética e de conduta ou seu próprio regimento interno. Ao coordenador da Comissão de Ética e de Conduta compete; checar diariamente o e-mail da comissão de ética e de conduta; convocar as reuniões extraordinárias da comissão; presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da comissão; exercer o direito do voto de qualidade, ou seja, o voto pra desempate; solicitar ponto de pauta nas reuniões ordinárias do CES e fazer as apresentações que se fizerem necessárias nas reuniões ordinárias do Conselho; exercer atribuições que lhe forem conferidas pelo regimento interno ou por delegação da comissão de ética e de conduta ou do plenário do Conselho. Ao Secretário da Comissão de Ética e de Conduta compete; redigir os documentos internos e externos da comissão; secretariar as reuniões ordinárias e extraordinárias da comissão; encaminhar à Secretaria Executiva do CES as memórias das reuniões ordinárias da comissão: encaminhar à Secretaria Executiva do Conselho as correspondências que deverão ser enviadas via correio; manter atualizados todos os documentos das reuniões extraordinárias da comissão; exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo regimento interno ou por delegação da Comissão de Ética e de Conduta ou do Plenário do Conselho. A Comissão de Ética e de Conduta, apesar do caráter permanente, ela vai passar a constituir uma comissão permanente do Conselho, terá apenas duas reuniões ordinárias por ano, previstas para o início de cada semestre. Parágrafo primeiro, as Reuniões Ordinárias acontecerão nas vésperas previstas para as Reuniões das Comissões Temáticas Permanentes do Conselho, conforme previsto no artigo décimo sétimo, parágrafo décimo do regimento interno do Conselho. As reuniões ordinárias da Comissão de Ética e de Conduta terão a duração de até quatro horas. O quórum para sua realização será de cinquenta por cento mais um de seus membros, considerando sempre cinquenta por cento de cada segmento. Os membros da Comissão de Ética não poderão ter faltas nas reuniões ordinárias. A Comissão de Ética deverá pautar a Comissão na Reunião Ordinária do CES subsequente à reunião ordinária para apresentar o andamento da Comissão. Perderá o mandato na Comissão de Ética e de Conduta o conselheiro que faltar à duas Reuniões Ordinárias da Comissão de Ética devendo o Plenário do CES eleger seu substituto, dentro do seu segmento. O custeio das despesas para a realização das reuniões ordinárias da Comissão de Ética e de Conduta correrão por conta do Conselho. A Comissão de Ética, apesar do caráter permanente, será acionada sempre que necessário, a partir de uma denúncia. Parágrafo primeiro, as denúncias serão recebidas por escrito que deverão ser enviadas para um e-mail específico. A denúncia deverá ser assinada pelo denunciante. Parágrafo terceiro, a gente vai criar um e-mail, então o e-mail xis xis será aberto diariamente pelo coordenador da Comissão de Ética e de Conduta; até porque, só um parágrafo aqui, porque só uma pessoa? Para garantir a partir da leitura da denúncia o anonimato do denunciante, a partir daí o processo corre sem o nome do denunciante; só o coordenador sabe porque se precisar de mais elementos ele sabe quem ele vai abordar. Então foi por isso que foi decidido em grupo que nãos era aberto por qualquer outra pessoa. O coordenador convocará a primeira reunião extraordinária para iniciar a apuração do fato denunciado, cabendo a ele e ao secretário salvaguardar a identidade do denunciante durante todo o processo de averiguação da denúncia. O conselheiro após ser notificado formalmente do fato, por escrito, pela Comissão de Ética, terá um prazo de cinco dias úteis para apresentar sua defesa. Serão realizadas quantas reuniões extraordinárias se fizerem necessárias para a elucidação do caso



ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



denunciado. As reuniões extraordinárias da Comissão de Ética e de Conduta terão a duração 1405 1406 mínima de quatro e máxima de oito horas dia. O quórum para sua instalação será de cinquenta por cento mais um de seus membros, considerando sempre cinquenta por cento de cada segmento. Os 1407 procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética para a apuração de fato ou ato que, em 1408 1409 princípio (F15) se apresente contrário à ética ou em desconformidade com este código, terão o rito 1410 sumário, ouvidos o queixoso, o conselheiro envolvido e tantas testemunhas que se fizerem 1411 necessárias para elucidação do caso, cabendo sempre recurso ao Plenário do Conselho. Os casos 1412 de falta justificada do Conselheiro nas reuniões extraordinárias da Comissão de Ética e de Conduta, 1413 serão analisados caso a caso. Na falta justificada do coordenador da Comissão em uma reunião 1414 extraordinária, ele será substituído por um dos seus membros, escolhidos entre os presentes na 1415 referida reunião. Perderá o mandato na Comissão de Ética e de Conduta o conselheiro que, sem 1416 justificativa, faltar a mais de cinquenta por cento das reuniões extraordinárias da Comissão de Ética 1417 e de Conduta, devendo o Plenário do CES eleger seu substituto, dentro do mesmo segmento. Os 1418 conselheiros do Conselho Estadual de Saúde guando convocados na condição de testemunha, 1419 deverão participar da reunião extraordinária da Comissão de Ética, tendo direito a uso da palavra 1420 nesta condição, mas não terá direito a voto. O custeio das despesas geradas para a realização das 1421 reuniões extraordinárias da Comissão de Ética e de Conduta correrão por conta do CES/PR. Serão 1422 consideradas despesas desta Comissão; transporte, hospedagem e alimentação dos membros da 1423 Comissão; transporte, hospedagem e alimentação das testemunhas arroladas na apuração; e 1424 despesas de correio para convocação das testemunhas. Parágrafo único, caso não haja afastamento 1425 voluntário previsto no caput desse artigo, poderá. Ai, desculpa, eu esqueci de ler o artigo, desculpe. 1426 Artigo quatorze, qualquer membro da Comissão de Ética e de Conduta poderá de ofício, ou seja, de 1427 próprio punho, pedir o afastamento na apreciação de qualquer fato levado ao conhecimento da 1428 Comissão, caso entenda que sua permanência poderá prejudicar a apuração dos fatos, ou seja, 1429 conflito de interesses ali. Daí sim, parágrafo único, caso não haja o afastamento voluntário previsto 1430 no caput deste artigo, poderá a Comissão, em votação aberta, afastar o membro envolvido e solicitar 1431 ao Pleno um substituto. A Comissão de Ética e de Conduta não poderá se eximir de fundamentar o 1432 julgamento da falta de decoro do conselheiro alegando a falta de previsão neste código, cabendo-lhe 1433 o direito de recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios éticos e morais conhecidos na 1434 sociedade e em outras profissões. Capítulo sexto, da aplicação das sanções. Os preceitos deste 1435 código serão de observância obrigatória e sua violação sujeitará o infrator e a quem, de qualquer 1436 modo, com ele concorrer para a infração, ainda que de forma omissa. Então caberá então; um, 1437 advertência confidencial verbal, em aviso reservado, ou seja, numa salinha reservada. Dois, censura 1438 confidencial verbal e por escrito, também em aviso reservado. Terceiro, censura pública, verbal e por 1439 escrito, em assembleia, ou seja, na reunião do Pleno. Suspensão da representatividade por trinta 1440 dias. E, a cassação da representatividade, dependendo da gravidade do fato, ad referendum pelo 1441 Conselho Estadual de Saúde do Paraná, com a referida comunicação do fato na reunião ordinária do 1442 Pleno. Artigo dezessete, salvos casos de manifesta gravidade e que exijam aplicação imediata de 1443 penalidade mais grave, a imposição das sanções obedecerá a gradação do artigo anterior. Avalia-se a gravidade pela extensão do dano e por suas consequências. Artigo dezoito, a alegação de 1444 1445 ignorância ou a má compreensão dos preceitos deste código não exime de penalidade o infrator. 1446 Artigo dezenove, as circunstâncias que podem atenuar a pena; não ter sido condenado antes por 1447 infração de ética; dois, ter reparado ou minorado o dano; e três, não ser reincidente na ação. Artigo 1448 vinte, em casos de reincidência poderá ser recomendado o afastamento definitivo do conselheiro das 1449 suas funções. Parágrafo primeiro, a entidade representada pelo conselheiro julgado deverá ser 1450 comunicada e solicitado seu pronunciamento. Parágrafo segundo, a entidade poderá permanecer com a vaga e proceder a substituição do conselheiro quando comprovado que não havia de sua 1451 1452 parte qualquer conivência com o caso julgado. Capítulo sétimo, das disposições finais e transitórias. 1453 A função pública de conselheiro deve ser entendida como de representação, defesa de direitos



1455

1456

14571458

1459

1460

1461

1462

1463

1464

1465

1466

1467

1468

1469

14701471

1472

1473

14741475

1476

1477

1478

1479

1480

1481

1482

1483

1484

14851486

1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494

1495

1496

1497

1498

1499

1500 1501

1502

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



sociais da população usuária da Política do Sistema Único de Saúde e de controle social. Artigo vinte e um, a falta ou inexistência, neste código, de definição ou orientação sobre questão ética no exercício das funções de conselheiro, será remetida à Reunião Plenária do Conselho, para análise, discussão e deliberação. Artigo vinte e dois, o presente código poderá ser reavaliado por proposta de qualquer um de seus membros, que deverá ser aprovada por dois terços do Conselho Estadual em reunião convocada especialmente para este fim, podendo ser modificado em seus artigos ou no todo. Artigo vinte e três, este código de ética entra em vigor na data de sua publicação. É esse o resultado do nosso trabalho. Eu queria fazer algumas considerações. Então, eu queria dizer que foi um trabalho árduo feito a muitas mãos e que infelizmente nós tivemos o atraso que se deu senhor presidente porque nós tivemos o esvaziamento dessa comissão por várias vezes por reuniões que os conselheiros julgaram mais importante sua participação, então em detrimento dessa comissão. Segunda coisa, por consenso, entre os membros desse grupo, embora alguns estão faltando aqui hoje, a gente gostaria de que a primeira composição dessa comissão seja mantido os conselheiros que elaboraram esta proposta, porque já conhecem o código, já sabem do que ele conta, então uma proposta que o próprio grupo traz é que não seja feita a eleição dos primeiros membros dessa comissão. Que essa comissão, que o Pleno referende as pessoas que compõem essa comissão como primeiro grupo, primeiros membros da Comissão de Ética e Conduta do Conselho. A partir do segundo ano, como foi falado, a proposta é renovação de cinquenta por cento pra que não saiam todos e aí a reposição seja feita cinquenta por cento, então esses novos aprendem, na próxima eleição saem os velhos, sempre estar renovando, pra que não figuem as mesmas pessoas perpetuamente. Então é uma coisa que eu queria colocar em votação, que tá escrito aí, que as pessoas entendessem isso como uma sugestão do próprio grupo. Rangel (FEHOSPAR) Eu vou abrir então, mas nós vamos precisar ser rápidos porque tá no final da reunião. O Abreu, a Malu, Custodio, mais alguém? Hermes. Mais alguém? Daí eu já coloco você e encerro as inscrições, tudo bem? Amaury Alexandrino e encerrada as inscrições. Abreu (SESA) Meu comentário é muito rápido, porque eu quero dizer que vocês vêem pelo peso das questões que nós colocamos aqui, nós primeiro, nós não tínhamos nenhum advogado nessa nossa equipe, então nós também discutimos isso e consensamos de que esse código aprovado dessa forma, na medida que a gente vai implementando ele, que a gente possa também aperfeicoando esses eventuais colisões com a legislação. Eu cito um exemplo, e a nossa colega Malu tinha total razão, porque o artigo quarto, no artigo quinto da Constituição parágrafo quarto diz que é vedado o anonimato nas denúncias, por isso que apareceu aqui, contudo já tem legislação mais moderna dizendo que se você tiver um fato relevante, ou seja, e alguém não assina mas o fato for relevante, ou seja, estão roubando ali, você pode considerar isso. Então eu só estou colocando isso pra ver que em alguns momentos nós tivemos dificuldades. Então esse processo ele tá vivo, ou seja, essa comissão vai ter ainda um trabalho de aperfeiçoar na medida que a gente identificar algum conflito. Rangel (FEHOSPAR) Malu. Custodio. Com, só aproveitando, pedir a prorrogação de dez minutos da reunião, tá? Em processo de votação. Quem aprova? Por contraste. Contrários. Abstenção? Aprovado. Custodio (Fecampar) Não, eu só queria dar o parabéns pra essa equipe que trabalharam arduamente nesse processo aí. E, infelizmente foi preciso fazer esse tipo de trabalho às vezes por alguma conduta de algumas pessoas que não se comporta, principalmente na área de saúde, a gente quando entra por aquela porta no dia da reunião, a gente tem que deixar o espírito armado do lado de fora e vir aqui pra dentro desse Pleno realmente discutir saúde. Então infelizmente a moral, o bom costume e a ética já tinha que estar no DNA do ser humano, mas infelizmente precisa criar uma lei pra que corrija o ser humano pra que ele saber que naquele momento, naquela hora ele tem que saber comportar. Mas mais eu pedi a palavra pra elogiar a equipe que fizeram esse trabalho que ficou muito bem feito, que inclusive eu participo de vários conselhos que não tem nem gravação e a pessoa fala certa barbaridade e eu pedia palavra e disse, arruma um gravador porque não tendo gravador a pessoa fala e depois diz não imagine quem disse que falei, então eu pedi lá em alguns conselhos, não vou



ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ



1503 citar porque nem daqui é, que gravasse as falas porque qualquer coisa você busca na ata e 1504 descobre quem falou ou não falou. Muito obrigado. Hermes (HU-UEM) Eu sei que eu não mandei 1505 proposta de alteração, mas como próprio Abreu falou que tem uma questão de construção, tem dois artigos, o que fala na questão do recebimento pelo coordenador da comissão da proposta, ela não 1506 1507 fala em prazo que ele tem pra responder ou tomar alguma atitude, pra ele não deixar engavetado. 1508 Então numa próxima discussão. E, a outra questão, é também quanto a questão da falta nas 1509 reuniões extraordinárias, fala que ele falta em cinquenta por cento mas de quanto tempo? Ou 1510 alguma reunião. É só algumas contribuições. Rangel (FEHOSPAR) Obrigado, Hermes. Amaury? 1511 Obrigado, Amaury. Malu. Malu (Assempa) Parabéns, Rita. O Hermes falou aí, eu guero citar da, não 1512 é a resposta, abertura do e-mail somente pelo coordenador. Se o coordenador, acontecer alguma 1513 coisa com o coordenador, isso acontece né, porque pode morrer a sogra, pode o coordenador 1514 passar mal e não poder abrir este e-mail, certo? Então, a minha sugestão é que o e-mail seja aberto, 1515 Rita, pelo coordenador e pelo presidente do Conselho porque pode acontecer alguma coisa. Não? 1516 Então tá. Deixa eu terminar de falar então. Eu termino e daí você faz. O perigo é uma pessoa só ter 1517 acesso, aqui no Conselho exclusividade, o coordenador ou alguns conselheiros acessem alguns 1518 sistemas nós corremos um grave risco, a gente tem experiência amarga aí. Então essa é uma sugestão, tá? E outra coisa também, o coordenador, tem amais alguém que abra o e-mail com ele? 1519 Rangel (FEHOSPAR) Tamos sugerindo o secretário. Malu (Assempa) Tá, tudo bem. Eu to falando 1520 1521 que não pode ser só. E quanto às faltas também, o Hermes falou, né? Das faltas. Qual é o período 1522 dessas faltas. Rangel (FEHOSPAR) Doze meses. Malu (Assempa) Doze meses. E também outro 1523 ponto, a sugestão da Rita que no próximo ano a reeleição não seja totalmente que seja mantido os 1524 membros da comissão. O ano que vem nós temos Conferência Estadual de Saúde e nenhuma 1525 entidade aqui tem a certeza que vai permanecer, então esses componentes da comissão não tem 1526 certeza se vão se fazer, se vão estar aqui na próxima gestão. Essa é uma sugestão também, tem 1527 que olhar com cuidado porque nós não temos certeza, essas entidades componentes aí que vão estar aqui. Os prestadores vão, né. Mas outras entidades não tem certeza se vão permanecer aqui 1528 1529 na próxima gestão. Rita (HU-Londrina) Eu acho, Malu, que a gente poderia então diante dessa 1530 colocação, que é, a partir do momento, então ficaria esses membros até a definição das novas entidades e a partir do momento que haja recomposição do Conselho, se mantenha, daí a partir 1531 1532 disso entra legislação certa, a partir do momento, recompõe com, fica cinquenta por cento se 1533 possível e introduzem as novas entidades, entendeu? Porque tem que manter. Malu, senão não toca. Eu também entendi. Sim. Sim. Mas o que. Os que estiverem vão permanecer, aí altera-se 1534 1535 apenas aqueles que tiver modificação. Rangel (FEHOSPAR) Tá. Tudo bem? Isso. Mais algum 1536 esclarecimento? Não? Então em medida de votação. Por contraste. Os favoráveis. Ergam seus 1537 crachás. Contrários. Abstenção. Aprovado por todos. Agradecer a todos então. Ah, desculpa. Com as emendas que foram propostas. Com as sugestões que foram propostas. Isso. Isso mesmo. Vai 1538 ser todas acolhidas. As comissões. Então, Educação Permanente. Só preciso que seja muito breve. 1539 1540 Educação Permanente e Orçamento. Educação Permanente. Rosalina (Assempa) Coordenadora 1541 da Comissão de Comunicação e Educação Permanente. A comissão de Comunicação e Educação 1542 Permanente recebeu o ofício ontem da Escola de Saúde Pública, pedindo um membro da Comissão 1543 pra fazer parte de um grupo técnico que vai trabalhar o Plano Estadual de Educação Permanente. E, 1544 nós elegemos a Rita pra fazer parte, então nós tínhamos que passar aqui na Plenária o nome da 1545 Rita pra fazer parte desse grupo técnico da Escola pra elaboração do projeto. Outro assunto nosso é 1546 a nossa oficina de planejamento do Conselho que estava agendada pra setembro, por causa dessa 1547 situação ainda indefinida do hotel, tá prevista pra outubro e a Comissão solicita um ponto de pauta 1548 pra reunião de setembro pra apresentação da pesquisa de avaliação do Conselho que foi apresentado ontem na Comissão. Angelo (CONAM) Comissão de orçamento. A comissão de 1549 1550 orçamento, bem rápido e breve, nós estivemos participando de uma reunião conjunta com a Comissão de Permanente com a dona Rosalina e lá onde nós formamos uma comissão para 1551



1554

15551556

1557

15581559

1560

1561 1562

1563

15641565

1566

15671568

1569

1570

1571

15721573

1574

1575

1576

1577

1578

1579

15801581

1582

15831584

ATA DA 255^a REUNIÃO ORDINÁRIA





elaborar o projeto da oficina de financiamento que foi proposta na gestão anterior pelo Conselho, não pela, pelo, Comissão de Orçamento. E aí então em conjunto com a dona Rosalina da Comissão nós vamos elaborar esse projeto junto com o, então foi feito a escolha, eleito a composição, que é o senhor José Carlos Abreu da SESA, a Carolina da Escola, a Rosalina da Assempa, a Rita da UEL, Maria da Graça do MS que é o Ministério da Saúde, Angelo que sou eu da CONAM, membro do orçamento, Livaldo Bento da MOPS orçamento e o Antonio da UGT orçamento. Essa é a composição dessa oficina que vai elaborar o projeto da oficina para o financiamento. Aproveitando, nós, foi homologado na nossa reunião a comissão que irá fazer a visita no Hospital do Litoral, em que a data a ser designada pelos próprios membros dessa comissão. E, por fim, informá-los de que o Conselho Estadual de Saúde, foi nomeado a minha pessoa pra representar o Estado do Paraná como ponto focal na capacitação de conselheiros para o controle social no que diz respeito ao financiamento e gestão. Esse é um curso que é feito em AED, a elação, os conselheiros municipais através das regionais todos receberam as informações, tá aqui atrás uma informação, seria de suma importância pra que todos possam fazer porque é um conhecimento a mais vamos ter com relação a financiamento, porque nós teremos aqui no futuro, que já está em andamento apenas duas contas, investimento e custeio. Então, a base fundamental desde evento é exatamente isso, esse curso tem quarenta horas, começa no dia três e vai até o dia quinze do dez, só que as inscrições serão feitas até o dia vinte e quatro, agora, mandando um e-mail para o meu e-mail aonde vou informar a CGU, a partir daí o conselheiro escolhido e inscrito vai receber uma senha e um login pra acessar o sistema. Nomeado. Nomeado, escolhido, o conselho municipal vai indicar, indicou, veio pra mim, eu envio pra CGU. Não, aqueles que quiserem. É livre, tá livre. Inclusive eu tenho até uma ficha, a possibilidade de fazer a segunda etapa, tá? Então tá aberto até amanhã, dia vinte e quatro eu ainda consigo enviar a relação dos conselheiros pra; todos foram informados pelas regionais de saúde, se algum conselho não recebeu, porque a regional não fez o dever de casa. Rangel (FEHOSPAR) Bom, é isso. Obrigado, Angelo, dona Rosalina. Aproveitar aí esse restinho para parabenizar a comissão de criação do, da comissão de ética pelo excelente trabalho, a gente sabe que realmente não é fácil, eu já participei da comissão do último estatuto, regimento interno, desculpe, do último regimento interno. A gente sabe que não é fácil, parabenizar a todos. Agradecer pelo dia, o trabalho acho que rendeu muito, é isso que a gente quer, um conselho produtivo. E, desejar a todos uma ótima volta pra casa. Um beijo no coração de todos da família. Muito obrigado, que Deus os acompanhe. O áudio desta reunião está disponível para consulta na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES/PR, bem como as apresentações feitas nesta reunião estão disponibilizadas no site do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).